



ESTADO DE RONDÔNIA

DIÁRIO

OFICIAL

DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nº 31

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2007

ANO XXV

SUMÁRIO

7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SL

ATOS DIVERSOS

**7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA.**
Em 13 de março de 2007.

**Presidência dos Srs.
Neodi Carlos – Presidente
Alex Testoni – 1º Vice-Presidente
Marcos Donadon-Deputado**

(Às 15 horas e quatro minutos é aberta a sessão).

COMPARECEM OS SENHORES: Amauri dos Santos (PMDB), Marcos Donadon (PMDB), Daniela Amorim (PTB), Kaká Mendonça (PTB), Professor Dantas (PT), Ribamar Araújo (PT), Alex Testoni (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Jesualdo Pires (PSB), Wilber Coimbra (PSB), Neodi Carlos (PSDC), Doutor Alexandre (PSDC), Ezequiel Neiva (PPS), Jair Miotto (PPS), Luizinho Goebel (PV), Miguel Sena (PV), Euclides Maciel (PSL), Maurão de Carvalho (PP), Maurinho Silva (PSDB), e Valdivino Rodrigues (PRP).

O SR. PRESIDENTE (Neodi de Oliveira) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 7ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura.

Solicito ao Senhor 1º Secretário proceder à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) - Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação dou-a por aprovada. Queremos registrar a presença aqui do Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Batista, Vereador da Câmara Municipal de Alto Paraíso. Solicito ao Senhor 1º Secretário proceder à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Ofício nº 056/GG/07 do Governo do Estado solicitando para que seja substituída a Mensagem nº 031, de 28 de fevereiro de 2007, a qual "Altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 1184, de 27 de março de 2003, e dá outras providências";

– **MEMORANDO nº 033/07** do Gabinete do Deputado Tiziu justificando a sua ausência na Sessão Especial do dia 08/03/07;

– **MEMORANDO nº 047/07** do Deputado Marcos Donadon justificando sua ausência na Sessão do dia 08/03/07;

– **MEMORANDO nº 21/07** do Gabinete do Deputado Chico Paraíba justificando sua ausência no período de 08 a 12/03/07;

– **MEMORANDO nº 039/07** do Deputado Neri Firigolo justificando sua ausência no período de 08 a 13/03/07;

– **Ofício nº 0273/07** da CAIXA informando que foi celebrado, o Contrato de Repasse, entre a União representada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário por intermédio da Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado de Rondônia, os recursos são provenientes do Orçamento Geral da União – OGU, e da contrapartida do Governo a fim de que esse Órgão possa exercer o controle a que está por Lei obrigada;

– **TELEGRAMA nº 000157/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 3.000,00;

– **TELEGRAMA nº 000256/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo

Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 33.509,04;

- **TELEGRAMA nº 000262/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 5.556,00;

- **TELEGRAMA nº 000277/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 560,00;

- **TELEGRAMA nº 000278/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 1.720,00;

- **TELEGRAMA nº 000279/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 10,00;

- **TELEGRAMA nº 000322/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 4.255,08;

- **TELEGRAMA nº 000335/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 22.567,33;

- **TELEGRAMA nº 000336/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 1.045,95;

- **TELEGRAMA nº 000337/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 4.750,00;

- **TELEGRAMA nº 000398/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 411,60;

- **TELEGRAMA nº 000399/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 31.362,48;

- **TELEGRAMA nº 000400/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 40,00;

- **TELEGRAMA nº 000401/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 2.400,00;

- **TELEGRAMA nº 000449/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 6.600,00;

- **TELEGRAMA nº 000450/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 4.578.697,48;

- **TELEGRAMA nº 000451/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 386.740,15;

- **TELEGRAMA nº 000452/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 386.740,15;

- **TELEGRAMA nº 000453/07** do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 3.000,00;

- **MEMORANDO nº 040/07** do Gabinete do Deputado Neri Firigolo informando sua ausência nas Sessões dos dias 14 e 15 do corrente mês.;

- **MEMORANDO nº 034** do Gabinete do Deputado Tiziu informando a sua ausência das Sessões Plenárias nos dias 13 e 14/03/07;

Foi lido o expediente recebido, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) - Lido o expediente, passaremos às Breves Comunicações. Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos sem aparte, o ilustre Deputado Alexandre Brito.

O SR. ALEXANDRE BRITO – Senhor Presidente, demais colegas, imprensa aqui presente, e a platéia que nos honra com sua presença. O tema de hoje vai ser violência urbana.

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Adair Marsola
Divisão de Publicações e Anais - Domingos Sávio
Divisão de Taquigrafia - Elizete Oliveira Costa

O DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA FOI CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 05/83, ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia
Palácio Teotônio Vilela
Rua Major Amarante, 390
Arigolândia
CEP 78.900-901 Porto Velho-RO

MESA DIRETORA

Neodi Carlos - Presidente
Alex Testoni - 1º Vice-Presidente
Miguel Sena - 2º Vice-Presidente
Jesuvaldo Pires - 1º Secretário
Chico Paraíba - 2º Secretário
Ezequiel Neiva - 3º Secretário
Maurinho - 4º Secretário

Controle geral de processamento: Domingos Sávio.
Controle de fluxo de documentos: Célia Aguiar
Correção Gramatical, Ortográfica e Redacional: Matias Mendes, Iris de Oliveira e Fátima Araújo.
Indexação e Processamento de textos: Sandra Almeida, Mariléia Azevedo, Juliana Antonia, Pedro Rocha e Fátima Albuquerque.
Revisão de textos: Maria do Socorro.
Revisão técnica final das sessões: Maria do Carmo e Edmilcia Fátima Martins.
Controle Digital e Diagramação: Ana Cristina Favacho e Robison Luz da Silva.
Distribuição e org. Anais: Terezinha Dias .

Senhores colegas, eu não tenho visto aqui no Estado de Rondônia nenhuma manifestação condizentes com a violência que nós vivemos hoje. Rondônia, hoje, se pegar em números absolutos, está entre os três Estados de maior violência do nosso País. No Rio de Janeiro, muito se falou quando houve o caso do João Hélio, houve paralisação, houve passeata e, por incrível que pareça, após a passeata, pessoas que estavam na passeata foram assaltadas indo para as suas casas. O fato é que aqui, pouco se falou, ou quase nada se falou quase nada se fez em relação a nossa violência. E sabemos que estão entrando em nossas casas, a violência não se limita mais à rua, agora metem o pé no portão de nossas casas e vão adentrando como se fosse uma coisa simples.

É verdade que estão por vir as hidrelétricas, vão gerar empregos, quem sabe vai diminuir um pouco a violência. Muito se fala no social, da falta de investimento social em nosso Estado. Inclusive, ao falar das hidrelétricas, resalto a importância do encontro que houve ontem da bancada federal com o nosso Governador, a bancada estadual, todos os presentes, num discurso único de fazer crescer, de melhorar o Estado de Rondônia, fumando o 'cachimbo da paz' que já era mais do que necessário.

Na reunião de ontem o bom senso prevaleceu, e, exceto por algumas exceções, transcorreu uma reunião muito boa, mas faltou tocar em alguns pontos principais, como a violência. O fato, Senhores, é que apenas ficar levantando de quem é a culpa, acredito que não iremos chegar a nenhum lugar. Dizer que a culpa é da PM, coitada da PM que tanto se esforça, que tanto está presente, que tanto quer evitar a violência. Dizer que não existem incentivos estaduais, também não é verdade. Temos visto cada vez mais compra de carros, de aparelhos para que a polícia seja, então, cada vez mais eficiente. Mas o fato é que não existe uma voz comum, nós vemos apenas atitudes isoladas por parte de algumas pessoas, alguns setores da população, mas não vemos uma atitude única. Está na hora de Rondônia dar o exemplo lá para fora, mostrar que aqui somos pensantes e atuantes acima de tudo, não só pensantes.

Gostaria, então, Senhores, Senhor Presidente, de propor a criação de um fórum nesta Casa de Leis, um fórum para que a gente possa realmente discutir a violência com seriedade, de forma que desse fórum saiam então atitudes concretas.

Ficar filosofando, filosofando, debatendo, vamos ficar patinando, não vamos dar o exemplo. Gostaria muito que Rondônia desse esse exemplo ao Brasil.

Então, Senhores, essa solicitação desse fórum já está tramitando e gostaria muito que cada um dos senhores participasse, apoiassem essa idéia onde a gente possa chamar os diversos setores da sociedade para discutir sobre violência de uma forma madura, de uma forma concreta, de uma forma segura. Tenho dito Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos sem apartes, o ilustre Deputado Jesualdo Pires.

O SR. JESUALDO PIRES – Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quero cumprimentar aqui o senhor Pedro, o senhor Otacílio lá de Ji-Paraná, é um prazer estar aqui com vocês.

Eu quero, em primeiro lugar, Senhor Presidente, congratular-me com nossa Casa, a Assembléia Legislativa na figura do nosso Presidente Neodi Carlos, o Encontro que tivemos, ontem à tarde, na FIERO. Realmente foi um Encontro em que vários políticos experientes manifestaram inclusive o Prefeito Bianco, que já foi Governador deste Estado, já foi Senador e colocou, naquela reunião, que nunca tinha visto aquilo na vida pública dele em Rondônia. Foi a primeira vez que houve um Encontro em que toda a bancada federal, os

onze (11) parlamentares, praticamente toda a Assembléia Legislativa reunida, o representante dos prefeitos, da AROM, os representantes do Ministério Público, do Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, quer dizer, o Governador Ivo Cassol presente também o Poder Executivo, de uma forma inconteste que os políticos de Rondônia hoje, principalmente, estão pensando na questão do Estado de Rondônia, e foi colocado muito claramente por todos que falaram ali, que todos os políticos dos vários Estados da região Norte brigam entre si, sim.

Você vai ao Acre, existem discussões políticas, existem discussões partidárias, mas quando vão discutir a questão do Estado do Acre em Brasília, todos os políticos são unânimes e unidos para apoiar a questão do Acre. Então eu vejo isso com muita satisfação, quero parabenizar mais uma vez, Presidente Neodi, que essa demonstração da sua liderança dentro desta Casa foi muito importante por ter encabeçado esse movimento que vai ser tão importante para o nosso Estado.

Quero também, hoje eu quero fazer uma cobrança, uma denúncia ao DNIT. Eu, como técnico, vou falar não como Deputado Estadual, vou falar como engenheiro civil e técnico, a questão da nossa BR-364, essa novela que se arrasta a muitos anos, desde que ela foi inaugurada. Todos os anos a nossa BR chega nessa época do ano começa a se deteriorar completamente. E eu, como engenheiro, estou colocando a minha questão técnica, como engenheiro civil, eu não vejo por que o DNIT não pode resolver o problema do buraco da BR quando o buraco surge, quando aquele pequeno buraco surge na BR. Não é possível mais um Estado, um país com poucos recursos que tem para aplicação, o DNIT não tem essa responsabilidade de ter uma empresa, uma equipe de manutenção daquela BR. Quais interesses estão envolvidos nessa questão do tapa-buracos dessa BR? Eu me pergunto: O que é mais fácil? Qualquer criança pode responder isso. O que é mais fácil, você tapar aquele pequeno buraco que surge na BR ou você deixar a BR se deteriorar completamente para depois ter que fazer uma manutenção com vultosos contratos, com empresas construtoras? De onde vêm esses interesses? Daí a pergunta que eu faço ao DNIT. Aí vêm as respostas, as desculpas usuais: 'Ah, não existem verbas'. Se não existe verba para tapar aquele pequeno buraco, vai existir verbas depois para recuperar praticamente toda a BR, milhões de reais para recuperar a BR? Então é evidente que não é falta de verbas. 'Ah, é burocracia'. Então é falta de planejamento, falta organização no DNIT. Isso é um afronta ao povo de Rondônia. Hoje nós já estamos tendo, Senhor Presidente, uma situação de complicação já na BR 364. Quem se serve dessa BR, a principal via de escoamento, a principal artéria do nosso Estado, é uma questão simples. Eu gostaria que um técnico do DNIT pudesse me responder, por que um buraco pequeno não é recuperado na hora que ele surge? É falta de competência do DNIT, falta de planejamento, ou então existem outros interesses que a gente não conhece. De repente há o interesse que o pequeno buraco se torne um grande buraco, há interesse que a rodovia fique praticamente intransitável para que, aí sim, surjam os grandes contratos das grandes empreiteiras.

É preciso investigar, é preciso cobrar o DNIT, Senhor Presidente, porque isso é uma coisa simples, a recuperação de uma BR é uma coisa simples. 'Ah, falta asfalto'. Não falta asfalto, você tem hoje pequenas usinas de asfalto, você tem material pré-fabricado que você pode aplicar na rodovia, então não há desculpas para isso. O que eu vejo é falta de planejamento ou então má-fé. Ou é falta de competência ou má-fé. Falta de competência, se não houver planejamento para arrumar a BR na hora que ela precisa ser arrumada. Ou então é má-fé do DNIT ou das empresas que ficam naquele esquema de ganhar dinheiro em cima desses contratos de recuperação da BR. A BR foi recuperada o ano passado e hoje já está ficando quase que intransitável. A quem interessa essa situação?

Então, eu quero cobrar Senhor Presidente, Senhores Deputados, do DNIT essa posição firme, um esclarecimento à população de Rondônia, essa BR serve a todos nós rondonienses, para que venha alguém aqui ou que esclareça essa situação de vez. Todo ano é a mesma novela. Todo ano é a mesma ladainha. Todo ano é a mesma conversa. Então eu quero uma explicação lógica, técnica, como engenheiro que sou. É preciso que a BR seja recuperada a todo o momento. Se surge um buraco em Itapuã do Oeste, é preciso que uma equipe esteja prontamente para se recuperar aquele buraco.

Então, é isso que eu queria colocar Senhor Presidente, e gostaria do apoio da Casa, o apoio dos nossos colegas Deputados porque eu vejo que é uma vergonha o que acontece todos os anos, com a nossa principal rodovia que é a BR-364, a rodovia que serve a todos nós do interior, serve ao povo da capital, serve a todo o trânsito de soja que hoje escoar por essa rodovia tão importante, a todo País.

Quero agradecer o apoio de todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Quero registrar a presença aqui dos Excelentíssimos Senhores Vereadores Marcos Maia e Juarez Barcelos, da Câmara de Vereadores de Seringueiras; também do Excelentíssimo Senhor Vereador Erivelton Santos Holanda, Presidente da Câmara de Vereadores de Seringueiras, do Senhor Ubiratan Resende, ex-Vereador do município de Mirante da Serra, e do Senhor Agnaldo Andrade, também ex-Prefeito do município de Mirante da Serra.

Ainda com a palavra, por um tempo de 5 minutos sem apartes, o ilustre Deputado e Líder do Governo nesta Casa, Euclides Maciel.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Senhor Presidente, demais colegas Deputados, companheiros da imprensa, em nome do meu amigo Taborda um abraço a todos os companheiros Vereadores, nosso companheiro que faz parte da região da grande Ji-Paraná, ele que é um batalhador na área agrícola, o Dalla Pícolla, um abraço. Muito obrigado a vocês que vem prestigiar a mais esta sessão.

Eu quero me irmanar com o Deputado Jesualdo Pires aqui na situação em que estamos vivendo hoje da BR 364. Irresponsabilidade seria a palavra mais exata. É impossível que a única BR que temos a única BR que temos ninguém, mas ninguém, diz nada, morre gente, é quase da região de Ji-Paraná até Cacoal está um inferno. Da região de Ariquemes até o Rio Preto está intransitável. Agora, nós estamos vendo esta situação triste porque todo dia, todo dia é acidente mais acidente que está acontecendo na BR 364. Você procura alguém e ninguém responde nada sobre isso.

Por isso que eu reforço com Vossa Excelência, Deputado Jesualdo, meu particular amigo, e que temos inclusive trabalhado juntos, conversado bastante em todos os projetos de interesse da grande Ji-Paraná e por que não dizer do Estado de Rondônia.

Eu, hoje, Deputado Jesualdo, estava conversando pela manhã com alguns companheiros de trabalho, e quero enaltecer o trabalho Deputado Jesualdo, que o senhor, o Deputado Alex e o Presidente Neodi vêm fazendo. Às vezes recebendo críticas, mas eu dizia a alguns Deputados hoje, da importância desse trabalho de vocês, que politicamente pode não representar nada, às vezes arrume até inimigos, mas futuramente é que nós vamos colher esses frutos.

Eu gostaria Senhor Presidente, um site, porque eu prometi não falar mais nisso, acho que não há necessidade, e antes que se fale eu tive a graça de Deus de poder dizer que sempre trabalhei, minha vida foi voltada para a rádio e televisão, mais rádio do que televisão, e dentre todo esse tempo que nós preservamos bastante foi um direito adquirido de que todos possam falar e ser ouvido. Mas no dia 4, Senhor Presidente,

eu solicitei ao senhor que eu precisava ir a Brasília, sobre aquela vaca mecânica e que eu teria que ir a Brasília com o Senador Expedito Júnior. Só que quando fui embarcar no dia 6, não pude viajar devido à votação das Comissões que aconteceu aqui nesta Casa. No mesmo dia, recebido pela Gisele, no dia 06 de março, protocolei junto à própria parte do DRH e do Financeiro que nós não viajamos que as diárias estavam à disposição e as passagens apenas transferidas para o dia 19 a 23, quando estaremos na cidade de Brasília. Então há pessoas, hoje nos corredores, porque eu nunca vi, eu não sei se aqui, tem horas que eu não sei se estou na Assembléia ou se estou no Big Brother, porque é incrível, como se falam coisas aqui dentro. Você nem faz e já estão aumentando em cem vezes. Eu pensei que estava vindo aqui para um Poder, e eu quero que seja transparente, a Assembléia tem que ser transparente mesmo, mas falar e também só sair o que é verdade. O que é mentira deve ficar para fora. Porque comigo não, eu vou respeitar, mas vou ter que ser respeitado também, porque eu fui eleito pelo povo para defender. Agora, colocar coisas indevidas eu também vou saber responder a altura, com certeza. Porque Senhor Presidente, nós estamos sofrendo na carne a dificuldade de ser Deputado hoje, todos os companheiros. Hoje, no meu gabinete passaram mais de dez companheiros aflitos na situação que está, e eu estou ouvindo a todos, porque dali se precisar eu vou ao Presidente, vou ao Governador, vou onde precisar para tentar com que a Casa possa trabalhar melhor. As cobranças em cima dos deputados são muito grandes. Nem eu sabia que ia ser tudo isso, mas é grande. E o povo cobra. E cobra com razão. Mas eu estou vendo que era melhor, é muito melhor ser pedra do que vidraça. Estava tão bom lá na rádio e na TV, mas aí fui Deputado Amauri, e estou vendo hoje como é difícil, como é diferente.

Mas, eu quero então, explicar que o Deputado Euclides não foi a Brasília porque teve a reunião das Comissões, mas no mesmo dia, graças a Deus, nós temos uma equipe muito boa, nós colocamos, no mesmo dia uma retificação de memorando explicando o porquê. E eu fiquei abismado quando eu vi já dizendo que; 'pegou para viajar e não viajou'. Ah, meu Deus do céu! Nós temos tanta coisa para fazer aqui. Uma das coisas citadas aqui há poucos instantes, que o Deputado falava a importância daquele Encontro de ontem: Ah, mas resultou o quê? É a primeira vez na história que senta a bancada federal todinha, a bancada federal, o Governador, os Deputados Estaduais. Já é um início, já é um começo. Está na hora de nós realmente aceitarmos o que existe que Rondônia está no caminho certo. Mas eu quero na hora das Comunicações de Lideranças, usar os 20 minutos, porque eu quero falar um pouquinho sobre essas duas usinas e falar um pouco sobre o que a Deputada Marinha Raupp, Deputada que eu apoiei na campanha, falava ontem sobre a duplicação da ponte da BR-364. E que eu não estou aqui para dizer que ela está errada não, mas para cobrar e dizer o seguinte: antes de falar em duplicação de ponte tem que se falar no anel viário, porque esse negócio de cercar ponte de um lado. Lá, na semana passada um caminho quebrou no meio da ponte, o trânsito vai a Presidente Médici, porque não tem outra passagem, é só ali. Então, antes de se falar em duplicação de ponte, nós temos que falar em anel viário. Quando o anel viário estiver pronto aí sim, a duplicação passará a ser uma realidade. Eu quero falar desse assunto depois. E sobre essas duas usinas que eu estou recebendo aula gratuita do Deputado Ribamar que está me auxiliando nisso, inclusive com livro, para que eu possa me inteirar bem sobre a situação dessas usinas e outras coisas. Muito obrigado, S:enhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Queremos registrar a presença aqui do Pastor Rogério da Assembléia de Deus lá de Vilhena, hoje nos prestigiando aqui na galeria desta Casa.

Com a palavra, por um prazo de cinco minutos, sem aparte, o ilustre Deputado Professor Dantas.

O SR. PROFESSOR DANTAS – Senhor Presidente, demais companheiros Deputados, imprensa, público aqui presente. Gostaria senhor Presidente, de usar a palavra por alguns instantes, mas o objetivo principal é apenas uma proposta que venho fazer a esta Casa.

Mas antes da proposta também gostaria de me referir à reunião de ontem, que inclusive falando por ocasião na reunião, eu manifestei a minha alegria, a minha satisfação por este evento aqui no Estado de Rondônia, que eu acho até que isso deveria servir de exemplo para outros Estados do Brasil. Eu penso que o que aconteceu ontem naquela reunião eu penso que não acontece isso todos os dias e nem deve ter acontecido com os outros Estados do Brasil, não. Uma reunião onde a gente pôde ver ali a disposição, tanto do Governo Federal, como também do Governo Estadual, da Bancada dos Deputados Federais, Senadores, os três senadores juntos, os oitos Deputados Federais, numa reunião como aquela e fiquei muito feliz pelo teor da reunião e também pelo que ela demonstrou para nós e, em vermos um horizonte do que a gente pode tirar em benefício decorrente daí. Foi ali um pontapé inicial para nós usarmos e termos grandes benefícios vindo de um evento como aquele de ontem, já que o Governo Federal tem muito para investir, está interessado em investir no nosso Estado de Rondônia.

Ligado a isso senhor Presidente, gostaria de fazer minha proposta, nesta tarde, no sentido de nós criarmos uma Comissão Parlamentar, para acompanharmos a PEC da Transposição. Essa PEC da transposição, tenho dito, já falei em uma outra oportunidade, é algo muito importante para o nosso Estado, para os funcionários de um modo geral e eu que sou da educação, eu vejo que a educação será a Secretaria que vai ser mais beneficiada com a questão da transposição, com esta questão dessa PEC da transposição. Nós já fizemos um levantamento, mais de quinze mil funcionários da Educação, cerca de quase vinte mil funcionários da Educação, passarão da condição de funcionários estaduais para funcionários federais, ou seja, recebendo o seu salário agora diretamente do Governo Federal. E, pela proposta e pelo que está nas entrelinhas. Sabemos que inclusive haverá uma melhora substancial nos salários, principalmente daqueles que ganham menor salário e aqueles que recebem menos vão ter aí uma duplicação e quem sabe até vão triplicar os seus salários, de modo que é uma coisa muito cobrada quando a gente vai à escola, vai a algum órgão as pessoas ficam nos cobrando: 'e daí professor Dantas, será que a gente vai passar a ser federal mesmo um dia ou não? Então a gente vê que é um anseio muito grande da população e, eu acho que isso deve contaminar a todos nós, principalmente nós Deputados numa corrente. Buscarmos isso que é de interesse muito grande para todos nós e para o nosso Estado.

E é aí então, Senhor Presidente, que eu faço, eu não sei qual o procedimento de uma proposta no sentido de uma comissão parlamentar, não precisa ser grande, mas uma comissão para estar ligada aos Deputados Federais. Conversei com o Deputado Eduardo Valverde, ele falou que é muito boa esta idéia porque vocês podem estar diretamente ligados conosco lá em Brasília e nós vamos estar passando os passos, vamos estar passando o que está acontecendo para vocês estarem informando os funcionários no Estado e também mostrando os caminhos onde vocês podem nos ajudar nesta caminhada muito grande.

Então, fica aí a nossa proposta, uma Comissão Parlamentar para acompanhar de perto a PEC da Transposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Encerradas as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente.

Com a palavra, por um tempo de 20 minutos com apartes, o ilustre Deputado Wilber Coimbra.

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. WILBER COIMBRA – Senhor Presidente Neodi Carlos, na pessoa da qual eu cumprimento esta ilustre Mesa Diretora desta Casa. Senhores Deputados, sociedade rondoniense, que se encontra aqui na galeria. Quero cumprimentar a todos, desejando a todos uma excelente tarde.

Senhor Presidente, o que me traz nesta Tribuna, na tarde desta terça-feira, é o motivo lamentável para a nossa corporação. E com o coração, na verdade, Senhor Presidente, em sangue que a gente usa desta Tribuna para repudiar veementemente a suposta prática de racismo por parte de um oficial da Polícia Militar com um policial militar, um soldado da Polícia Militar. Eu recebi a visita, em nosso gabinete, de um oficial do mais alto quilate, o senhor Coronel da reserva remunerada, Coronel Soares, que é pai de um policial do curso de 2002, Alan Kardec. Noticiou-me, Senhor Presidente, aquele pai, com o coração obviamente entristecido, que o seu filho e também policial militar, servindo no 1º Batalhão da Polícia Militar, sediado nesta municipalidade, que ele vem sofrendo como outros companheiros soldados da Polícia Militar, vem sofrendo perseguições constantes por parte do senhor 1º Tenente André Roberto de Azevedo, mais conhecido com o nome de guerra, de Tenente Azevedo.

Na madrugada, Presidente, do dia 6 para o dia 7, por volta de três horas e trinta da manhã, o senhor Tenente Everaldo, no trabalho de coordenador do policiamento numa das áreas desta capital, ele ao abordar o policial Alan Kardec, quando no início do turno de serviço, na noite do dia anterior, o Comandante da viatura, que é o PM Jefet teria procurado o senhor Tenente Azevedo para dizer que ele precisaria na manhã do dia seguinte ser ouvido pela Justiça desse Estado e que precisaria sair mais cedo, uma vez que ele estaria num turno de serviço noturno, deveria ir até a sua residência para obviamente fazer higiene pessoal, para ser ouvido na Justiça, inclusive, ouvido em razão do seu sobre ministério de policial militar. Ao ser abordado pelo Tenente Azevedo, que estava de serviço, e tem muita coisa senhor Presidente, muita coisa para se fiscalizar, tem muita coisa para fiscalizar. Lamentavelmente o que se procura fiscalizar é se o policial militar, se ele está com o botão, se não está faltando um botão no uniforme dele, se o coturno foi engraxado, mas o que me causa espécie é que não procuram saber, alguns obviamente, não estou aqui generalizando, não procuram saber se o policial militar, ao sair de casa, fez refeição, se ele está tendo condições de trabalhar, Quais são as condições que ele está submetido nos quartéis, se lá nas bases, onde ele presta o seu ministério, se ele realmente tem a estrutura mínima para prestar segurança à comunidade. Mas isso não fazem, Senhor Presidente, o que procuram ver é o erro, é procurar se o policial militar incorre em qualquer deslize para de forma atroz, para de forma covarde perpetrar todos os tipos disciplinares que estão no nosso RBPM.

Então, desta feita, esse senhor Tenente Azevedo, e eu tive a preocupação, Senhor Presidente, de ligar para a Comandante Geral e noticiar àquela Comandante que eu estaria usando desta Tribuna para fazer este repúdio à ação deste Oficial, deste Oficial e aqui eu estou individualizando, falando no senhor Tenente Azevedo, que ao abordar o policial Alan Kardec, o Policial Alan, que tinha deixado o Comando dele, deixou mais cedo, por volta de quatro horas da manhã na sua residência porque logo dali a duas horas, naquele momento, a duas horas seria ouvido. Na verdade, oito horas, seria ouvido pela Justiça, e aí, ele, ao retornar só ele e o patrolheiro, ele foi

abordado pelo Tenente Azevedo e como eram quatro horas da manhã, ele precisava na verdade imprimir uma velocidade maior na viatura, porque a rua é bem deserta e ele já ia para o SEOP e verificou que não tinha, a rua estava tranqüila, passou por um sinal vermelho, porque o senhor sabe como a violência está gritante, não só em nosso Estado, mas nós sabemos que é endêmico em todo Brasil, ele não parou para ser alvo fácil no semáforo, Deputado Ezequiel, porque se uma viatura parar num semáforo às quatro horas da manhã é alvo fácil de ações de cidadãos infratores. E aí o Tenente, de forma astuta, vinha seguindo, ele passou no segundo sinal também, continuou a seguir, e aí abordou, no meio da rua, ali na Jorge Teixeira com Rio de Janeiro aproximadamente, ali na FATEC e no meio da rua travaram uma discussão. O senhor Tenente, já de forma afoita, conforme ele sempre tem se posicionado, sempre tem se dirigido a seus subordinados de forma afoita, ele chegou esbravejando, perguntando e fazendo suas indagações e o policial, o soldado da Polícia Militar disse: 'Tenente, vamos deixar para discutir isso lá no Batalhão' E ele naquele momento, ele aproveitou do ensejo para dizer o seguinte, Presidente, está lá, no registro de Ocorrência Policial nº1678/2007. O Alan Kardec é da minha cor, senhor Presidente. E aí o senhor Tenente Azevedo haveria dito, segundo, Ocorrência Policial nº1678/2007: - 'Oh, seu negrinho, eu estou te determinando que você se desloque até o 1º Batalhão e me aguarde lá'. Presidente, isso não é forma de se dirigir a um subordinado. Eu penso que, no mínimo exige-se, Deputado Amauri, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, uma explicação da parte do Comando da Corporação, quanto à atitude desse tenente que tem, na verdade, travado naquele 1º Batalhão, juntamente com alguns outros, uma verdadeira tortura psicológica com alguns companheiros. Eu quero dizer, e aqui tem a presença do senhor Capitão Crispim, que está na galeria desta Casa, que ele é Capitão da mais alta estirpe dessa Polícia Militar, eu tenho certeza que quando ele estava na Academia ele aprendeu a tratar o seu subordinado com urbanidade.

Dizer que isso é vergonhoso Senhor Presidente, para a nossa Polícia, termos que nos deparar, nos dias de hoje, sob a vigência da novel Constituição de 1988, que repudia veementemente a prática de racismo, termos oficiais nos quadros de nossa Polícia Militar praticando covardemente o crime de racismo. Quero repudiar com a maior veemência esta atitude infame que desnatura a função do nosso oficialato.

Quero dizer, Senhor Presidente, que nosso oficialato é honrado. O que nós precisamos é não coadunar com atitudes covardes, atitudes pusilânimes como essa. Isso não pode acontecer no âmbito da nossa Polícia Militar. Eu quero aqui exigir senhor Presidente, que sejam tomadas atitudes rigorosas para apurar, através da Corregedoria Militar, a ação do Tenente Azevedo, que não é só com o policial Alan Kardec, mas lamentavelmente se diz que naquela unidade tem uma lista negra. Olha, mais uma vez o racismo, uma lista negra de policiais que são incursos nesta lista quando não lerem na cartilha do senhor Tenente Azevedo e de outros que se servem de expediente covarde utilizando do seu posto para perseguir, utilizando do seu posto para aviltar, para macular policiais militares, Senhor Presidente, que militam diuturnamente sob a pressão da criminalidade, sob o regulamento disciplinar que foi concebido na época da ditadura no Estado de exceção. E hoje nós vivemos a égide de um Estado Democrático de Direito, cujo regulamento, Senhor Presidente, precisa ser reformulado nesta Casa, regulamento que vige, Deputado Jesualdo, por força de um Decreto e que prevê prisão para um pai de família como policial militar, enquanto nós temos cidadãos infratores que cometem o mais atroz dos crimes, e se for o caso de ter um circunstanciado, senhor Capitão Crispim, ele sai livre, lava-se o TC e sai livre. E nós temos policiais, Deputado Jesualdo, sendo presos por uma transgressão disciplinar que não é definida em lei, é definida em um Decreto que avilta a

Constituição Federal da República em seu artigo 5º, inciso 61 que diz que "os crimes e as transgressões disciplinares têm que estar definido em lei", e lamentavelmente o nosso regulamento disciplinar da Polícia Militar vige por força de um Decreto nº 6929 de 05 de julho de 1995.

Concedo um aparte a Vossa Excelência Deputado Jesualdo.

O Sr. Jesualdo Pires – Deputado Wilber eu quero solidarizar com Vossa Excelência, eu que venho, como já disse a Vossa Excelência, por diversas vezes, para o Deputado Ezequiel Neiva, venho de uma família militar, meu pai foi da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e com muita honra entrou na Polícia Militar de São Paulo como soldado, e galgou alguns postos durante toda a sua vida militar. O que acontece com esse Tenente Azevedo, o que Vossa Excelência tem colocado é uma coisa inadmissível nos dias de hoje, mesmo que esse Tenente seja superior, hierárquico do soldado, mas é um crime inafiançável, é um crime de racismo e é uma coisa muito grave Senhor Presidente. É uma coisa que deve ser apurada de forma muito veemente, porque isso não é possível mais que aconteça nesse estado de direito do nosso País.

Então, quero me solidarizar a Vossa Excelência, ao soldado Alan Kardec, que tem sofrido esse tipo de constrangimento SR. WILBER COIMBRA - ipo de atitude no nosso Estado de Rondnstrangimento e outros militares que tem sofrido esse constrangimen e outros militares que têm sofrido esse constrangimento desse oficial e não vamos admitir esse tipo de atitude no nosso Estado de Rondônia. Parabéns.

O SR. WILBER COIMBRA - Obrigado Presidente, obrigado Deputado Jesualdo. É com muita honra que eu concedo um aparte a Vossa Excelência, Deputado Euclides Maciel.

O Sr. Euclides Maciel – Obrigado Deputado por este aparte. Também faço das palavras do Deputado Jesualdo as minhas, reforçando mais ainda, o Cabo Sidney de Ji-Paraná para poder retornar teve que pegar dez dias de prisão, ele, certo em tudo, como estava perdendo a farda fomos atrás, corremos e ele está retornando no Diário Oficial desde sexta-feira, volta a ser um policial, mas para isso foi muita briga, muita humilhação. E, há uma grande preocupação quando o senhor dizia desse Tenente, que não é só ele que existe, e nós vamos estar aqui para combater.

Parabéns e conte comigo, porque eu entendo o seguinte: policial que trabalha certo tem que ser respeitado como policial. E não é uma divisa que vai mudar a honra, nem a hombridade de ninguém.

O SR. WILBER COIMBRA – Eu agradeço senhor Deputado Euclides, Líder do governo, e tenho certeza que mais um soldado nesta luta que é uma luta incansável. Eu quero dizer aqui Presidente, se cometerem represália contra o policial Alan Kardec, se cometerem represália contra quem quer que seja eu estarei aqui, desta Tribuna, utilizando do instrumento que Deus nos deu para combater veementemente às atrocidades que alguns têm perpetrado com meus irmãos. Eu, não tenho medo Presidente, não tenho medo de represália, de ciladas que eventualmente armarem contra mim porque eu não tenho dúvida, nós fomos forjados no fogo.

Eu estarei aqui com uma voz ativa, uma voz em favor dos mais fracos. E aqui eu não estou pregando dissensão de classe, não estou aqui pregando oficialidade contra praças, muito pelo contrário, eu não posso porque se assim fosse o contrário de uma praça ter ofendido um oficial, da mesma forma, com o mesmo vigor eu estaria aqui nesta Tribuna defendendo os direitos humanos, defendendo a integridade das pessoas.

E é com muita honra que eu concedo um aparte ao meu companheiro de farda e colega parlamentar, Deputado Ezequiel Neiva.

O Sr. Ezequiel Neiva – Deputado, eu quero parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa e dizer a Vossa Excelência que pode contar também com o meu apoio e que esta situação não está ocorrendo, não apenas na capital, Deputado, mas no interior já recebemos várias reclamações de algumas pessoas, de alguns, não apenas... Já chegamos a ter reclamações de sargentos que estão descriminando os seus subordinados e quanto mais os oficiais que, infelizmente temos oficiais, bons policiais, bons profissionais, mas infelizmente temos oficiais que não mereciam de maneira alguma estar na nossa corporação recebendo salário que recebem, ainda mais fazendo o que Vossa Excelência acabou de explicar aí. Tem o nosso apoio, tem também o nosso repúdio a esse fato, a essa ação que esse oficial cometeu para com esse policial e fica aqui também o nosso repúdio contra isso.

O SR WILBER COIMBRA – Agradeço ao Deputado e quero para encerrar, Deputado Presidente desta Casa, que muita me honra e cada vez mais honrado, fico mais feliz por ter votado em Vossa Excelência, por saber da sua correção e da sua atitude, e saber também que o senhor não coaduna com ações como essas. Eu quero aqui deixar registrado nos anais desta Casa, o meu repúdio veemente contra o ato narrado deste registro de Ocorrência Policial de nº 1678 de 2007, que lamentavelmente mancha o uniforme que eu sempre ostentei o azulão, com a prática tão aviltante deste crime, tão abjeto, tão asqueroso, tão nojento da prática de racismo. Que deve ser intolerável, que não se pode tolerar por nada, Presidente, porque isso é vil, é baixo e precisa que as autoridades constituídas deste Estado, que a Comandante Geral Coronel Angelina, como sempre fez, tome as providências que o caso requer, que seja instaurado o procedimento apuratório na Corregedoria Geral da Polícia Militar, para apurar tamanha arbitrariedade registrada neste boletim de ocorrência.

E que seja registrado, Senhor Presidente, nos anais desta Casa, o nosso repúdio, a nossa solidariedade ao companheiro Alan Kardec, que na verdade Presidente, na verdade quero lhe dizer que o Alan Kardec é apenas mais uma vítima que teve coragem de denunciar. E quantos têm sofrido calado, por que têm medo de represália? Quantos têm sofrido calado? Mas eu quero dizer que os senhores votaram em mim foi para isso, votaram em mim para defender os reais interesses dos senhores, e eu não me calarei, não me calarei.

Eu não tenho medo porque uma folha não cai da árvore, e um fio de cabelo não embranquece sem anuência de Deus e, eu tenho certeza que para tocar em minha vida terá que ter anuência de Deus. Portanto, Presidente, é com muito pesar que registro isto nesta Tribuna e peço que esta Casa também tome, através da Comissão de Direitos Humanos, as providências necessárias, e inclusive, quando deste ato, seja requisitado do 1º Batalhão de Polícia Militar uma tal de lista negra, onde está incurso nome de policiais militares, desafetos de alguns oficiais, que cujos policiais militares são perseguidos, teve um que foi perseguido porque pintou o cabelo com luzes e esse mesmo Tenente Azevedo já o participou, participar é um ato que antecede punição, Senhor Presidente, já participou este companheiro, que é o companheiro Pereira por diversas vezes, por causa de um corte de cabelo, quando tem um monte de coisa Presidente para fiscalizar, para ver se o policial, quando está lá na base do Tucumzal, lá na base do Ulisses Guimarães, ele tem, pelo menos, água para beber. E lamentavelmente não fazem isso, preferem fulminar com os nossos companheiros. E aí a gente se pergunta: será que nós temos que combater a criminalidade que está lá fora ou vamos travar uma guerra interna? Isso é péssimo, Presidente, para a Corporação, é

péssimo para o Estado, é péssimo para a sociedade, portanto, carece do mais veemente repúdio desta Casa, dos poderes constituídos e deste parlamentar, que humildemente usa desta tribuna para repudiar tamanha ação aviltante contra o ser humano. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NEODI CARLOS) – Quero registrar a presença, em nome do Deputado Kaká Mendonça, do senhor Luiz Amaral, vice-Prefeito de Parecis, também do senhor Marcondes, Vereador lá daquele Município. Senhores Deputados o Artigo 23 do nosso Regimento Interno que estabelece que os membros da Comissões serão nomeados por ato do Presidente da Assembléia, publicado no órgão oficial mediante indicações dos Líderes dos partidos ou bloco parlamentar. Como na última sessão ordinária solicitamos aos senhores líderes que indicassem os membros da Comissão Especial instituída através do requerimento nº 003/07 e até a presente data nenhum líder indicou nenhum membro informo as Vossas Excelências que esta presidência baixará ato nomeando os membros da referida Comissão, independente das indicações dos senhores líderes.

Ainda, nas Comunicações do Grande Expediente, com a palavra pelo tempo de vinte minutos, o ilustre Deputado Amauri dos Santos.

O SR. AMAURI DOS SANTOS – Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estivemos em Brasília semana passada, onde estivemos no gabinete do Senador Sérgio Sabian, lá do Rio Grande do Sul. E onde o Senador Suplicy fez um requerimento pedindo a viabilização para três ministérios, sobre a criação de municípios. Tentamos falar com o Senador Suplicy e não conseguimos. Nós estamos encontrando uma dificuldade muito grande. Agora, é uma luta que nós temos que ir atrás e vou pedir ao Deputado Dantas, que é do mesmo Partido, que ligue e entre em contato com a assessoria do Senador Suplicy, porque nós precisamos. A realidade de outros Estados é uma, mas a realidade de Rondônia é outra. Nós temos aqui municípios com condições e distritos com condições de serem municípios e, nós estamos encontrando, evidentemente, que alguns Ministros estão colocando na cabeça do Presidente da República que é mais despesa. Não vai existir nenhuma despesa a mais. Explicamos para vários Senadores, por que agora o que a Bancada do PT está se segurando? Porque agora não tem o poder de veto, a hora que passar no Senado já vai para a Câmara e não tem o poder de veto, vai virar lei e aí estão dificultando. Eu pediria aqui ao Deputado Dantas, que a bancada do PT entre em contato com os seus parlamentares, eu já falei, porque a bancada do PMDB já se declarou favorável, já tem vários Senadores e está pronto, é uma questão de menos de 90 dias. Nós estivemos lá e, eu devo estar retornando em breve, que vai ter uma reunião de vários Deputados vendo isso aí, porque são questões... Se nós, deputados estaduais, não estivermos brigando, esquecermos isso aí, vai ser difícil para a gente, porque nós, eu à época em que era Prefeito acompanhei um projeto, lá na Câmara Federal, que a Deputada Marinha Raupp foi atrás, brigou, passou, o Presidente da República vetou. Vetou um Projeto que criava vários, criação, liberava para Assembléia Legislativa criar municípios. E agora tem essa PEC que está no Senado que é muito importante. E, eu sempre estou indo sozinho, eu pediria para alguns Deputados fazer uma Comissão e ir atrás, porque os outros Estados estão fazendo o mesmo. Se nós não estivermos cobrando, nós vamos ficar aí, só falando para a população: 'olha, a culpa é do Senado, a culpa é dos Deputados Federais' e nós temos que nos mobilizar, ir atrás, porque eu vejo a necessidade, eu vejo a necessidade de criar novos municípios. O que se alega: 'Ah, por que tem cidade aí muito pequena'. Realmente, mas aqui em Rondônia são poucas cidades, tem cidades aí de 50 anos, cidades com

1.500 habitantes que criaram sem nenhum estudo, lá em outros Estados aí, nós sabemos.

Mas aqui em Rondônia, o caso de Tarilândia, que eu conheço melhor, Tarilândia hoje, é um Distrito que, pelo levantamento que nós fizemos, eleitoral, tem mais de três mil cidades, menor do que Tarilândia. Por que hoje vai segurar uma cidade que se criara há muito tempo? É por isso a minha batalha como Deputado Estadual e não só minha, de todos nós aqui. Eu pediria aos Deputados que enviassem fax, enviassem telegrama que a sua assessoria, até mesmo muitos deles dizem: 'O Deputado Amauri vai se tornar enjoativo com essa criação de município'. Não é enjoativo, é a necessidade, a procura que eu vejo, eu até mesmo, eu dei uma entrevista, consegui dar uma entrevista numa rádio em Brasília e com isso saiu até uma matéria do Ministério da Fazenda contrário à criação de municípios. É porque eu estou nessa luta, porque eu vejo a cobrança, eu vejo a necessidade, não é assim uma coisa, eu posso me tornar até enjoativo, não é enjoativo, porque a necessidade que a gente vê, eu falando de Tarilândia e de Colina Verde, que os outros Deputados conhecem melhor as outras regiões.

Quem sou eu para falar aqui pelo Bandeirante melhor do que o Deputado Maurinho, o Deputado Ribamar que conhece muito bem União Bandeirante, conhece bem melhor do que eu. Jaci Paraná, que o Deputado Ribamar conhece, ele é quem vai falar melhor que sabe, sabe bem melhor do que eu e é por isso que a minha luta, e não é só a minha, de todos nós. Agora, se a gente chegar aqui, cruzar os braços e dizer: 'Ah! Não tem jeito'. Não é assim. Eu lembro muito bem...

O Sr. Professor Dantas – Permita-me um aparte Deputado?

O SR. AMAURI DOS SANTOS – Pois não Deputado.

O Sr. Professor Dantas - Eu gostaria de parabenizá-lo Deputado por esta sua luta neste sentido. Realmente eu acho que cada caso é um caso, agora barrar tudo, prender tudo já por tanto tempo é nós barrarmos o crescimento. Não ter localidades que não têm condições de ser município, mas isso aí, o estudo criterioso é quem vai definir quem tem condições de passar a município e quem não vai ter condições. Agora, ficar amarrado já há quantos anos? Tarilândia perdeu ali, por pouca coisa, Tarilândia por um plebiscito já não era município, e olha se tivesse sido eu tenho certeza, eu sinto que Tarilândia também, que nem Vossa Excelência, porque nós somos de lá, mas há outros municípios também, outros Distritos em Rondônia que se tivessem passado à condição de município talvez tivessem crescido mais, estariam melhores. Olha só, na mesma época do plebiscito ali de Tarilândia ocorreu em Nova União. Nova União era talvez menor que Tarilândia, mas hoje Nova União cresceu bastante e Tarilândia fica lá com suas dificuldades estruturais e tudo. Então, concordo com Vossa Excelência, parabenizo e estou nessa luta, quem sabe em uma outra oportunidade nós possamos até ir juntos lá em Brasília para lutarmos por isso. Vamos lutar, se Deus quiser.

O SR. AMAURI DOS SANTOS – O Deputado Dantas conhece Tarilândia igual a mim, eu fui Prefeito e às vezes, eu chegava lá com os senadores, os deputados federais para pedir alguma coisa: 'ah, Amauri, é difícil'. E eu insistia tanto e conseguia. Eu vou tentar, eu sempre consegui alguma coisa, vou tentar, lutar muito, porque sem luta ninguém vai a lugar nenhum. E nós temos que insistir. Esse final de semana, percorrendo o município do Theobroma, visitando alguns amigos, onde estive na casa do Sr. Miguel, onde ele fez 80 anos de idade, estava com o Prefeito Adão e a gente via. Quando eu era Vereador de Jarú e Theobroma era Distrito de Jarú nós víamos as dificuldades. Esse senhor Miguel, que fez aniversário,

quantas e quantas vezes foi pedir para mim: 'Amauri, me socorre, manda uma caçamba lá nós vamos nos juntarmos para fazermos um tapa-buraco, jogar pedra, alguma coisa'. Hoje você anda lá, uma estrada que anda a 120 por hora, a 100 por hora e assim mesmo saindo até o asfalto da 605. Você vê que com a criação de município o desenvolvimento chega rápido e é por isso que é a minha batalha, é a minha luta por isso aí. Porque a gente vê o mesmo Jorge Teixeira, eu lembro muito bem ali na 638 e a 36 de Jorge Teixeira, quando eu fui pedir voto em 1988, eu andava à pé que nem estrada tinha, hoje é um estradão. A 621, o Projeto São Francisco até chegar ao senhor Clemente, lá no final da 21, era uma dificuldade, só se andava a pé e hoje é um estradão. E é por isso que a criação de município vem desenvolver a região é por isso que eu sou um batalhador, sou favorável a isso, eu venho pedir isso aí porque eu sei o sofrimento. A população que tiver um Prefeito, um distrito ali, que nem Tarilândia que tem mais de, hoje chega a aproximadamente a 12.000 mil habitantes, se tiver um Prefeito vai poder atender melhor. O Prefeito vem aqui ao Deputado Estadual, vai ao Deputado Federal e fica mais fácil, entendeu? E é essa a nossa luta. Eu, como falo muito de Tarilândia, é porque eu sei a situação de Tarilândia e os outros parlamentares que estão no seu reduto, que nem o Presidente que conhece bem o 5º BEC, que eu vejo alguém pedir e sabe, e se nós não lutarmos, se aqui não fizermos telegrama, passarmos e-mails, ligarmos para os Senadores nós vamos aí passar um pouco, sofrer... Os outros Estados estão fazendo.

O Sr. Luiz Cláudio – Permita-me um aparte Deputado?

O SR. AMAURI DOS SANTOS – Pois não Deputado.

O Sr. Luiz Cláudio – Caro colega Deputado Amauri, é importante o seu discurso. Quero dizer que pode contar comigo como Deputado Estadual, na sua região lá principalmente no município de Jorge Teixeira. Nós temos Colina Verde, um distrito de terra boa, e que realmente aquela população tem um anseio muito grande de emancipar aquele Distrito. E Rondônia tem uma extensão territorial do tamanho do Estado de São Paulo. São Paulo tem mais de 500 municípios, Rondônia tem 52. O Rio Grande do Sul tem mais de 450 municípios não é Presidente?

Então, Rondônia, sem sombra de dúvida, a sua ida a Brasília, Vossa Excelência pode contar comigo porque nós temos dados, nós temos estatísticas que mostram o crescimento do Estado. Por exemplo, Rondônia agora, no relatório do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio o Brasil cresceu 17% na área de exportação, Rondônia cresceu 52% e dos 52%, 65% é do Agronegócio. E o interior, realmente, é a força do agronegócio, é a carne, é o leite, é a agricultura. Então nós temos argumentos de sobra para realmente, aumentarmos o número de municípios no Estado de Rondônia. Por isso pode contar comigo, nós temos realmente, condições de que os Senadores da República, de que os Ministros possam abrir o espaço e devolver essa condição para o Estado de Rondônia para ver aquelas comunidades, os distritos que têm condições de ser emancipados para poderem acompanhar o crescimento que Rondônia, hoje, está apresentando a nível nacional. Conte comigo.

O SR. AMAURI DOS SANTOS – Obrigado Deputado.

E nós vemos o Deputado Luiz Cláudio, que conhece bem aquela região de Colina Verde, eu que conheço bem vejo o desenvolvimento ali da 48, pequenos agricultores, a 68, a 64, a 59, são agricultores, pequenos lotes tem ali na Funáinha, deve ter ali aproximadamente uns 80 agricultores, só lotes de 5 alqueires, 3 alqueires, vemos o poder da agricultura da nossa região de Governador Jorge Teixeira, de Jarú, e a gente vê a pecuária o desenvolvimento.

Essa semana mesmo, Senhor Presidente, segunda-feira, no município de Jarú, lá no frigorífico do Sr. João Gonçalves, estava o veterinário da Rússia, fiscalizando para importação de carne ao varejo do frigorífico de Jarú para a Rússia.

Você vê a importância que o nosso Estado, o nosso Estado de Rondônia, da Rússia, o veterinário voltou, ontem viajou e vamos torcer para aprovar, que vai viabilizar. Vai uma viabilização muito grande. Nós estávamos conversando, essa Comissão que foi para o Rio Grande do Sul foi muito importante, eu, lá em Brasília conversando com alguns deputados federais do Rio Grande do Sul, por que bloquearam a carne de Rondônia, não passar pelo Rio Grande do Sul, por quê? Porque o boi do Rio Grande do Sul está sessenta e oito, setenta reais, e eles querem segurar o preço, querem fazer esse boicote, é por isso que seguraram. Eu conversando com o Deputado Federal ele falou: 'Não, simplesmente nós seguramos por isso'. E foi importante essa Comissão, às vezes passa despercebido, eles estão brigando lá para segurar o preço da carne de Rondônia, porque se a carne de Rondônia entrar lá a tendência é baixar, e eles estão fazendo isso. Para vocês verem como é que os Estados já estão jogando para se defender.

É foi feito o mesmo com os laticínios. Há três anos atrás tinha uma Comissão, os laticínios, esses laticínios grandes, de São Paulo, Minas, Paraná, Rio Grande do Sul, estavam mandando uma Comissão para proibir o produto derivado de leite sair daqui para fora, fazer o mesmo, e na época, o Senador Valdir Raupp, o Senador Amir Lando fizeram um trabalho junto ao Ministério da Agricultura, eu não sei se o Deputado Luiz Cláudio sabe disso, na época era Secretário, tudo isso nós lutamos e conseguimos. E o mesmo aqui, nós, como Deputados, temos que lutar. Sabemos que vamos encontrar muitas barreiras, muitas dificuldades, mas a luta da gente é essa. Já estamos também, eu até vou pedir para o Deputado Luiz Cláudio, ao Deputado Ribamar que são técnicos agrícolas, ao Deputado Chico Paraíba, que entende mais do que o Deputado Amauri, porque o Deputado Amauri não tem nenhum nível superior, é simplesmente um lutador, um batalhador, para nós tentarmos ver se trazemos uma indústria de cana-de-açúcar aqui para o nosso Estado. A região ali do Anari que o Presidente conhece muito bem, tem ali uma área muito boa que comporta uma usina de cana que comporta isso aí, que vai melhorar a nossa região. E aqui, nós, como Deputados, vamos lutar, não vamos dizer que vamos conseguir, mas vamos lutar por isso aí, que é importante.

O Sr. Luizinho Goebel – Permita-me um aparte Deputado?

O SR. AMAURI DOS SANTOS – Pois não Deputado.

O Sr. Luizinho Goebel - Obrigado nobre Deputado. Dizer que realmente é importante essa sua luta. Sei que vocês estiveram representando este Poder lá em Brasília e ficou um compromisso lá da Bancada Federal para que realmente defenda, que volte esse poder aqui para a Assembléia Legislativa, para que nós possamos, assim então definir aquilo que é melhor para o nosso Estado. Dizer da importância também da criação dos municípios, porque nós temos hoje o município de Pimenteiras que é o menor município do Estado de Rondônia e, mesmo assim ele tem vida própria. Lógico que depende da ajuda do Governo do Estado, e também do Governo Federal, mas de toda maneira ele consegue se sobressair com a sua pequena economia. E participei ativamente da criação do município de Chupinguaia e que hoje está entre uns dos 15 municípios que mais arrecada no Estado, se tornando assim um município forte e eu também estou à disposição.

E até por isso, por essa bandeira, um dos municípios, dos distritos que eu quero defender a criação e que vai ser de suma importância é lá na região do Vale do Guaporé, que é o

Distrito da 58 ou do São Domingos, porque hoje já é praticamente maior do que a própria cidade mãe que é Costa Marques. Então o Distrito de São Domingos. E dizer que até o momento, na BR 429 que é o único eixo de ligação de todos aqueles municípios, de Alvorada do Oeste, de São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco e Costa Marques, são somente os municípios que estão dando assistência naquela estrada que tantas vezes eu já tenho falado e defendido aqui que é a BR 429. E que o Deputado Luiz Cláudio, esteve esse final de semana lá fazendo, juntamente com a EMATER, a entrega de feijão e nem sequer pôde chegar lá no município de São Francisco do Guaporé e hoje eu tive uma ligação até de pessoas, lideranças lá, pedindo socorro porque realmente, mais uma vez a BR 429 está intransitável e os únicos que estão podendo dar um pouco de apoio são exatamente os municípios que estão à margem da BR 429, ou seja, os municípios ainda dando socorro às estradas do Governo Federal. Alvorada fez isso, Seringueiras fez isso, São Miguel fez isso e, Costa Marques não conseguiu atender esse socorro lá no trecho próximo a São Domingos, porque exatamente o parque de máquinas é pequeno para atender a demanda, tanto do município de Costa Marques quanto ao Distrito de São Domingos. Obrigado Deputado.

O SR. AMAURI DOS SANTOS – Obrigado Deputado pela preocupação, vocês conhecem a região de vocês, nós vemos a preocupação. E tivemos em Brasília também uma audiência com o Diretor do Banco do Brasil, onde estava o Prefeito José de Abreu Bianco, o Senador Valdir Raupp, a Deputada Marinha Raupp,...

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Deputado, Vossa Excelência tem um minuto para encerrar.

O SR. AMAURI DOS SANTOS – Para concluir Senhor Presidente. E a importância é que vai se liberar recurso financeiro, financiado pelo FITHA do Governo Federal, que aqui o Estado tem o FITHA. Pelo FITHA do Governo Federal vai se liberar financiamento há 20 anos, onde o município de Ji-Paraná vai receber R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais) para comprar máquina, o município de Ariquemes, o município de Cacoal, Pimenta Bueno, São Francisco, São Miguel do Guaporé, Vila Nova, são municípios que vão receber recursos. É uma pena que tem vários Prefeitos aí que ..., recurso tem, mas tem que ir atrás, mais Ji-Paraná breve está recebendo aí, tivemos audiência e vai liberar isso aí. Vai ser importante para o nosso Estado de Rondônia, para melhorar as estradas e melhorar para os nossos agricultores. Muito obrigado Senhor Presidente, obrigado nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Com a palavra, por um tempo de 20 minutos com apartes, o ilustre Deputado Jesualdo Pires.

O SR. JESUALDO PIRES – Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu quero aqui fazer um apelo aos Senhores Deputados presentes nesta Sessão, inclusive ao Líder Deputado Euclides Maciel, para que nós possamos votar na Ordem do Dia hoje e revogar essa Lei Complementar 114/06, ela foi votada no ano passado, em dezembro do ano passado. Essa lei trata da estrutura do Tribunal de Contas, e isso é uma velha reivindicação de todos os Prefeitos do interior, por quê? O Prefeito de uma cidade, por exemplo, como, Pimenteiras, Cerejeiras, Colorado do Oeste, um Prefeito que está em Chupinguaia, que precisa se deslocar até a capital do Estado, para prestar conta da Prefeitura. Então há muitos que eu vejo esta reclamação dos Prefeitos. Muitas vezes as Prefeituras e os Prefeitos são penalizados por falta de comunicação com o Tribunal de Contas. Então, o Tribunal de Contas de uma forma

muito sensível, inclusive atendendo a apelos desses Prefeitos do interior, principalmente dessas cidades mais longínquas da capital pediu ao Tribunal de Contas que criasse estruturas descentralizadas, e essa é a lei que trata a lei nº341, de 24 de abril de 2005. Então esta lei vem ao encontro com os Prefeitos Municipais, vêm ao encontro com aqueles executivos municipais que precisam se deslocar de repente, grandes distâncias para atender as suas dúvidas, as dificuldades do dia-a-dia. O Deputado Amauri que já foi Prefeito, o Deputado Jair Miotto que já foi Prefeito, sabe das dificuldades de manter uma cidade dentro da lei de responsabilidade fiscal. Então eu apelo aos senhores Deputados nesse sentido de nós revogarmos essa lei que, na verdade, revoga essa lei nº343, que é a lei que eu acho de fundamental importância, principalmente para os prefeitos do interior do Estado. Eu dou um aparte ao Deputado Amauri.

O Sr. Amauri dos Santos – Está de parabéns, eu até fiz um requerimento pedindo para adiar por três sessões, porque nós temos vários projetos e eu quero conhecer melhor, porque eu quero, eu sempre estou falando, eu quero votar uma lei aqui para eu dormir tranquilo, para amanhã não chegar ali e 'Deputado, o senhor votou?' As vezes, alguns colegas podem achar que o Deputado Amauri é meio inquieto, é chato, não sou. Toda vida eu como vereador eu votava nas coisas que tinha o maior conhecimento. Eu não tenho conhecimento. Eles votaram em 1ª votação, deixaram aí, e eu queria ter um conhecimento, e é por isso que eu quero... Até vou no Tribunal de Contas, se o senhor quiser ir comigo lá para discutir, porque a gente tem que ter conhecimento, analisar a necessidade. De repente, esta lei está criada há muito tempo e o Tribunal de Contas pode dizer para a gente que não tem necessidade. É por isso que eu pedi para suspender por três sessões, por isso, para eu ter um conhecimento melhor. E de repente nós aprovamos aqui e eles dizem: "olha, não tem necessidade, porque falta de dinheiro". É por isso que eu queria ter conhecimento melhor sobre isso. Sei as necessidades do Tribunal de Contas, que está assessorando o prefeito, está ali, o Tribunal de Contas é um órgão para orientar os prefeitos, porque quando a gente entra, quando eu fui prefeito praticamente não sabia nada, mas graças a Deus o Tribunal de Contas, na época o relator das minhas contas era o Conselheiro Hélio Máximo, ele ajudou muito, orientando, dizendo "o Prefeito tem que fazer isso e isso". Enquanto a gente tem o Ministério Público que ao invés de estar olhando a lei só serve mesmo para ir em cima dos prefeitos, coisas que não têm necessidade. É mandando ofício para Prefeito, tem Promotor que manda vinte ofícios por dia para prefeito. Eu, na época era Prefeito eles mandavam à vontade, e às vezes eles ameaçam "se não fizer isso eu vou entrar com ação civil pública", ou isso... o Ministério Público. Graças a Deus o Tribunal de Contas orientava muito bem, orientava a gente: "olha Prefeito não faz isso, é assim, assim..." e graças a Deus eu, com o Tribunal de Contas, eu tive a liberdade de chegar lá e discutir e graças a Deus eu tive duas contas já aprovadas, vão entrar mais duas, com certeza vão ser... Eu posso ter erro administrativo, mas na minha administração eu não tenho um ato de corrupção, graças a Deus isso eu vou seguir sempre na minha vida pública. Muito Obrigado.

O SR. JESUALDO PIRES – Então, até corroborando com o que o Deputado Amauri colocou, a dificuldade que os prefeitos têm. Então, os prefeitos têm grandes dificuldades de sempre estar em contato com o Tribunal de Contas na capital. Muitas vezes tem que se deslocar, inclusive na BR, que eu coloquei agora a pouco a situação que está a BR. Então esse projeto, eu vejo como vai ao encontro ao pedido de todos os prefeitos do Estado de Rondônia, todos os prefeitos sem exceção. Eles precisam dessa estrutura e essa estrutura vai

ser criada em Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná e Ariquemes. Quer dizer, todos os prefeitos terão um acesso fácil ao Tribunal de Contas terão o acesso com muito mais facilidade de não ter que se deslocar até a capital. Então eu faço um apelo aos Deputados, aos nossos pares, faço um apelo a todos que realmente votem pela revogação, da revogação desta lei. Esta lei é muito importante para os prefeitos do interior do Estado. Vai nos ajudar muito o Tribunal de Contas estando presente no dia-a-dia, para evitar inclusive o que o Deputado Amauri colocou agora, quer dizer toda essa dificuldade que um prefeito, às vezes de uma cidade com pouca estrutura, um pequeno município que não tem uma estrutura jurídica muito grande, um pequeno município às vezes com a situação muito pequena de funcionários, então esse, essa lei vem ao encontro justamente para que essas quatro delegacias: em Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná e Ariquemes dêem todo esse suporte, que esses executivos municipais vão precisar. Deputado Ribamar.

O Sr. Ribamar Araújo – Eu só queria saber, essa lei foi criada em 2005, a lei que cria essa estrutura reivindicada pelo Tribunal de Contas. O senhor tem conhecimento se depois desta lei aprovada, essa estrutura já foi criada, está funcionando nessas cidades?

O SR. JESUALDO PIRES – Não, não foi criada ainda não, essa estrutura ainda não foi criada.

O Sr. Ribamar Araújo – Se não foi criada, essa lei foi criada em 2005, por que essa estrutura não foi criada ainda? Será que é desnecessária a criação dessa estrutura?

O SR. JESUALDO PIRES – Deputado Ribamar, aí que vem de importância o que eu estou colocando, nós precisamos revogar isso aqui para cobrar, inclusive isto do Tribunal de Contas para que eles imediatamente possam criar estas estruturas, é importante isso. Foi criado, mas não foi instalado. Foi criado mais não foi instalado.

O Sr. Ribamar Araújo – O que eu quero saber é o seguinte: A lei foi criada em 2005, se até agora não foi montada essa estrutura, a ponto dela ser revogada em primeira votação, em 2006, final de 2006, significa, ou estão com muito descaso, ou não estão precisando na realidade desta estrutura.

O SR. JESUALDO PIRES – Mas, Deputado Ribamar, volto a salientar a importância da criação dessas estruturas para os prefeitos municipais, principalmente para os do interior do Estado. Como eu coloquei anteriormente, esses municípios, muitas vezes distantes da cidade de Porto Velho, do Tribunal de Contas, aqui na capital, necessitam deste apoio do Tribunal de Contas no dia-a-dia, para que possa sanar dúvidas. Então isso daqui é o segundo passo, após a revogação dessa revogação dessa lei, logicamente que iremos cobrar a instalação dessas estruturas do Tribunal de Contas. Todos os prefeitos que eu já conversei do interior, todos eles pedem esta estrutura do Tribunal de Contas no interior do Estado. Então é de vital importância que essa lei continue valendo para que a gente possa cobrar o Tribunal de Contas, e de fato essas estruturas possam ser instaladas nesses quatro municípios pólo para que esses prefeitos possam ter esse apoio nas suas demandas no dia-a-dia.

O Sr. Ribamar Araújo – Muito obrigado Deputado.

O Sr. Jair Miotto – Eu gostaria de fazer uma pergunta ao nobre Deputado. O Tribunal de Contas tem orçamento para implantar essas, ou nós vamos ter depois de novo que aprovar uma nova suplementação?

O SR. JESUALDO PIRES – Deputado Jair Miotto, se eles estão propondo, se estão propondo a criação dessas delegacias nos quatro municípios, é evidente que eles contam com o orçamento que eles têm. Então a gente tem que contar com isso, acreditar que eles têm esse orçamento e que vão instalar isso aí. Isso, Deputado Jair Miotto, o senhor que já foi...

O Sr. Jair Miotto – Eu acho que, como o Deputado Amauri falou, suspender por três sessões, vamos analisar se realmente o Tribunal de Contas tem orçamento para instalar, se eles têm condições, se ele tem gente o suficiente para instalar, se depois não vai ter que onerar mais ainda, como já onerou logo na primeira semana de Assembléia nós termos que aprovar uma suplementação de R\$1.600.000,00, (um milhão e seiscentos mil). Muitas vezes, vamos analisar isso aí, vamos dar esses três dias de prazo que o Deputado Amauri pediu, para nós analisarmos isso.

O SR. JESUALDO PIRES – Eu, Deputado Jair Miotto, eu não estou nem questionando a questão do Deputado Amauri, de se votar hoje ou daqui a três sessões, o que eu estou colocando aos Senhores Deputados é a importância desse projeto, a importância desse projeto para os prefeitos do interior do Estado.

O Sr. Maurão de Carvalho – Deputado Jesualdo, só para ajudar aqui no vosso discurso, vossa defesa ao pessoal do Tribunal a pergunta do Deputado Jair Miotto, até porque se está aumentando o gasto de pessoal, está entrando dentro do percentual de pessoal, que é 0.86, (zero ponto oitenta e seis), eles tem que adequar à lei fiscal. Eles não podem criar portaria, ou aumentar a folha deles acima do 0.86 (zero ponto oitenta e seis). Então eles têm que se adequar dentro daquilo ali. Então, toda esta estrutura que nós estamos votando, se eles acrescentam de um lado, eles vão ter que tirar do outro. Então eles têm que adequar dentro do orçamento que é o orçamento de pessoal, o qual nós hoje estamos tendo que adequar no nosso orçamento que é 1.96 (um ponto noventa e seis), que está para se definir, ou 2.14 (dois ponto quatorze), é essa a questão de pessoal. Então não vai onerar nada, cada Deputado, eu acredito que pode votar porque não vai aumentar a questão de orçamento e nem de financeiro.

O SR. JESUALDO PIRES – Obrigado Deputado Maurão.

O Sr. Ezequiel Neiva – Uma parte Deputado?

O SR. JESUALDO PIRES – Pois não, Deputado Ezequiel.

O Sr. Ezequiel Neiva – O que está se discutindo é pela votação, para votar, pela revogação contra a lei. Para deixar bem claro aos demais nobres pares, quem cria a estrutura dos Poderes, cada Poder é responsável pela criação de sua organização funcional. Nós criamos a nossa estrutura funcional, o Tribunal de Justiça cria a estrutura funcional dele e o Tribunal de Contas, por sua vez, também a dele. Não somos nós Deputados aqui, que vamos criar a estrutura funcional do Tribunal de Contas. Então nós precisamos aqui, esta Casa precisa deixar o exemplo antigo de ficar votando leis inconstitucionais. Nós precisamos ver o que realmente é constitucional e aí sim votarmos.

O SR. JESUALDO PIRES - Só, Deputado Ezequiel, eu tive o cuidado de consultar a Constituição Estadual, no seu artigo 50 e é bem claro esse artigo 50, onde diz: "ao Tribunal de Contas do Estado é assegurada autonomia financeira e administrativa, podendo propor ao Poder Legislativo a criação

e extinção dos seus cargos, alteração da organização e dos serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e títulos." Então, a própria Constituição do Estado, Senhores Deputados, prevê autonomia ao Tribunal de Contas que possa fazer essas alterações e essa lei, mais uma vez eu apelo aos Senhores Deputados, é uma lei de vital importância ao nosso prefeito do interior. O deputado Maurão que já foi prefeito, o deputado Neodi que já foi prefeito da cidade, sabe das dificuldades dos prefeitos de um município, em poder administrar conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Sr. Miguel Sena – Um aparte Deputado?

O SR. JESUALDO PIRES - Pois não, Deputado Miguel.

O Sr. Miguel Sena – Obrigado, Deputado, até parabenoza Vossa Excelência pelo seu discurso e eu tenho uma preocupação só com isso aqui Deputado, porque ainda na semana passada eu fui autor de um projeto, a pedido do Tribunal de Contas, de uma emenda de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para o Tribunal de Contas. Foi aprovada aqui por unanimidade, e essa emenda veio por quê? Porque, segundo o Tribunal de Contas, faltava recurso para muitos setores, inclusive, para questões de pessoal e de repente a gente se depara aqui com uma situação onde o Tribunal de Contas pede uma emenda no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) dizendo que está precisando de recurso e agora de repente tem um projeto que já foi votado em primeira instância criando aqui 16 cargos mais 12; dá em torno de 28 cargos que, no mínimo, serão criados dentro dessa estrutura dele. Aí fica aquela preocupação: se eles não tinham condições na semana passada para pagar a folha de pagamento, não tinham condições de pagar gratificações, não tinham condições para uma série de pontos, de pontuações ali na sua emenda, como é que eles vão ter condições para manter mais isso aqui que está sendo criado agora. Está sendo aprovado agora? Então eu acho, das duas, uma. Ou a gente retira isso aqui para discutir, para esclarecer melhor esse projeto ou a eu particularmente até antecipo meu voto, eu voto contrário, eu voto pela revogação, porque não dá para entender. Na semana passada não tinha dinheiro para nada, agora já está querendo criar 28 cargos e vai, inclusive, contra o discurso da atual administração. Tanto no Legislativo como no Judiciário, como no Executivo, de moralização, de enxugamento de folha, etc. e tal. De repente também eu vou criar agorinha, eu vejo a necessidade de criar uma Assembléia Legislativa lá em Guajará-Mirim, lá em Ji-Paraná, lá em Cacoal, lá em Vilhena e eu vou propor aqui que criemos Assembléia por todo canto, por aí. Por que lá em Guajará-Mirim a população precisa de uma Assembléia. Lá sim, porque a Câmara Municipal não está funcionando. De repente você vai entender que em Ji-Paraná precisa-se criar uma sub-sede de uma Assembléia lá para ajudar os prefeitos, para ajudar a população, o que é normal.

Então, ou se retira isso para a gente discutir para esclarecer ou então eu acredito que não é possível que os companheiros aqui vão votar contra o nosso próprio princípio.

O SR. JESUALDO PIRES – Deputado Miguel, eu concordo com Vossa Excelência, agora como colocou o Deputado Maurão, a Lei de Responsabilidade Fiscal atinge o Tribunal de Contas também. Eles têm que se adequar e dentro desse percentual que já foi votado, inclusive, nesta Casa. Volto a reiterar o apelo que faço, é diferente uma estrutura de um Tribunal de Contas em Vilhena, em Cacoal, em Ariquemes ou em Ji-Paraná, porque você vai atender a base dos prefeitos, é diferente. E essa reclamação dos prefeitos, Deputado Euclides, é muito antiga e eles têm essa dificuldade de virem aqui, de se comunicarem com o Tribunal de Contas e quem já foi prefeito sabe das dificuldades em aprovar suas contas no Tribunal de

Contas aqui na Capital. Então essa estrutura que eles estão propondo, inclusive, dentro do orçamento que eles expõem, é justamente para ajudá-los nessa questão de sanar essas dúvidas que todos os dias ocorrem numa administração pública municipal. Pois não Deputado.

O Sr. Euclides Maciel – Um aparte Deputado?

O SR. JESUALDO PIRES – Pois não Deputado.

O Sr. Euclides Maciel – Muito obrigado. Deputado, nós ouvindo os demais companheiros. Eu entendi sua colocação, não é que votássemos hoje ou amanhã ou depois, o senhor está pedindo que na hora que votasse, pelo que eu entendi na sua colocação, agora, a pedido dos demais companheiros e meu também, podemos retirar para depois discutir entre nós e depois colocar em votação, pelo menos é um pedido dos demais companheiros. Se puder, então a gente tira e traz depois para votação após uma discussão entre nós. Muito obrigado.

O SR. JESUALDO PIRES – Eu conversei com o deputado Amauri...

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Convoco o deputado Marcos Donadon que assuma a Presidência desta Sessão e gostaria de pedir um aparte ao Deputado Jesualdo Pires.

(Às 16 horas 43 minutos o Senhor Neodi Carlos passa a presidência para o Senhor Marcos Donadon)

O SR. JESUALDO PIRES – Pois não, Deputado. Eu coloquei aqui muito claro que, na verdade, eu não estou aqui questionando a questão de adiar por uma, duas ou três sessões, o que eu estou fazendo é um apelo aos senhores Deputados, é que a gente realmente apóie essa lei do Tribunal de Contas, a criação dessa estrutura, evidentemente que esta despesa ficará por conta do orçamento do Tribunal de Contas e que vai auxiliar e muito os nossos prefeitos municipais.

O Sr. Kaká Mendonça – Está em discussão ainda? Quero pedir um aparte.

Acompanhando o raciocínio de Vossa Excelência, eu acho que o Parlamento é isso, a gente tem que discutir todas as ações de interesse da população. Eu concordo com o companheiro Deputado Miguel, aqui está sendo na verdade, isso aqui já foi criado. Essa estrutura aqui existe e foi votada em primeira votação para extinguir o quê? Para extinguir uma Secretaria Regional em Vilhena, uma em Cacoal, uma em Ji-Paraná e uma em Ariquemes, que cada uma dessas tem um Secretário Regional, uma secretária de gabinete e uma assessoria técnica, que no meu entender não vai resolver nenhum problema dos prefeitos dessa região.

Isso aqui vai dar custo para o Tribunal de Contas. É um poder que é auxiliar da Assembléia Legislativa e nesse momento que a Assembléia tem discutido isso, tem dado a demonstração realmente, através da Mesa Diretora, de todos os Deputados, de uma transparência em tudo que faz, Presidente, eu acho que esse é o caminho, de enxugar, de trabalhar, de economizar para a gente poder ajudar o Estado de Rondônia. Para quê criar? Colocar três cargos desses, que pode ter certeza que não vão ganhar pouco, para atender o quê? Toda semana tem prefeito aqui, toda semana tem Presidente da Câmara aqui, uma vez por mês os Presidentes das Câmaras são obrigados a virem aqui no Tribunal de Contas, eles resolvem os problemas. Acho que é uma questão interna, mas nós como fiscais do dinheiro público a gente tem que começar a cuidar da coisa, porque hoje são três carguinhos,

daqui a pouco é o aluguel de um prédio, é energia, é carro, é isso, é aquilo ali.

Então, eu sou um que gostaria de acompanhar o raciocínio do Deputado Miguel e do Deputado Amauri. Vossa Excelência poderia suspender de repente, por três ou quatro sessões para a gente discutir melhor isso. É o meu entendimento, com todo respeito.

O SR. JESUALDO PIRES – Muito obrigado, deputado Kaká.

O Sr. Neodi Carlos – Um aparte Deputado Jesualdo?

O SR. JESUALDO PIRES – Pois não, Deputado Neodi.

O Sr. Neodi Carlos - A título de esclarecimento: eu quero esclarecer aos nobres Pares desta Casa que essa lei, é uma lei, é uma mensagem, uma propositura do Tribunal de Contas. Ele mandou para cá, Deputado Miguel Sena e foi aprovado por esta Casa em 2005. No final do ano passado em 2006, uma propositura da Mesa Diretora, portanto, da Assembléia Legislativa, que votou extinguindo essa estrutura. Isso é inconstitucional e nós, o Estado de Rondônia, a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, estatística já publicada, inclusive, em algumas revistas de circulação nacional, nós somos campeões de leis inconstitucionais e acho que chegou o momento da gente parar de votar lei inconstitucional. Se foi votada essa lei inconstitucional pela legislatura passada, pelos deputados da legislatura passada, eu acho que nós temos a obrigação de fazer a correção, se vai onerar ou não vai onerar. Quem teria que ter visto isso foi quando foi aprovada essa lei em 2005, quando ela foi aprovada. Aí teria que ter sido feito realmente, um levantamento se realmente isso era bom ou era ruim. E, a Assembléia Legislativa na época, achou, quando veio a Mensagem lá do Tribunal de Contas, achou por bem aprovar essa lei, entendendo a necessidade dos municípios, porque muitas vezes, eu já fui prefeito e eu sei a necessidade que muitas vezes um prefeito tem, Vossa Excelência, Deputado Amauri, Deputado Jair Miotto e Deputado Maurão, que já foram prefeitos também e, sabem das dificuldades dos prefeitos do interior e estão regionalizando as ações do Tribunal de Contas, com isso diminuindo as despesas dos municípios que já têm um orçamentozinho, Deputado Miguel Sena, super apertado. E, se o Tribunal de Contas faz questão de manter essas estruturas, com certeza ela já está prevista dentro do orçamento do Tribunal de Contas, inclusive da estrutura funcional, também da estrutura de pessoal, que eles sabem que hoje com a Lei de Responsabilidade Fiscal não pode se gastar além do permitido pela lei, a adequação na verdade, que nós nos adequamos aqui. Ao adequar a Assembléia Legislativa foi adequado o Tribunal de Contas, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça.

Então, portanto, a título de esclarecimentos, Deputado Amauri, não há a necessidade de se tirar de pauta, até porque é inconstitucional se nós mantivermos ou votar, acompanhando a votação do final do ano passado. Era só esse esclarecimento, muito obrigado pelo aparte Deputado Jesualdo.

(Às 16 horas e 48 minutos o Senhor Marcos Donadon passou a presidência ao Senhor Neodi Carlos).

O SR. JESUALDO PIRES – Obrigado Deputado Neodi. Para complementar o que disse o Deputado Kaká, eu acho que é justamente o contrário Deputado Kaká, Vossa Excelência está colocando que haveria uma oneração para o Tribunal de Contas. E a oneração que tem o prefeito, o advogado do prefeito, de repente um Secretário de Fazenda, um Secretário de Administração que tem que se deslocar toda semana ao município de Porto Velho, pagar estadia em Porto Velho,

restaurante e como bem disse o nosso Presidente, os municípios têm o orçamento muito apertado. Então se for para tirar do município, que são municípios que já tem o orçamento muito enxuto, que se tire então da estrutura do Tribunal de Contas, muito melhor. Então, de repente o Prefeito de Vilhena vai ter o atendimento dele na descentralização do Tribunal de Contas, em Vilhena. Evidente que vai desonerar os gastos com dos prefeitos. Então para mim, no meu modo de ver, é muito melhor desonerar as Prefeituras do que onerar, onerar o Tribunal de Contas.

O Sr. Jair Miotto – Um aparte Deputado?

O SR. JESUALDO PIRES – Pois não Deputado Jair Miotto.

O Sr. Jair Miotto – É o seguinte: o Tribunal de Contas quer montar o quê? Para orientar as Prefeituras, porque a sede onde estão ter os problemas é aqui e todas as Prefeituras tem suas assessorias, seus técnicos altamente qualificados, que já fizeram vários cursos aqui no Tribunal de Contas. E o orçamento do Tribunal de Contas eu estive visitando o Tribunal de Contas, inclusive conversando com alguns Conselheiros, eles já estão no teto máximo, eles dizem que não tem mais o teto, a Assembléia cortou e não sei o que, é uma reclamação total, por que isso simplesmente vai ser um órgão orientador do Tribunal de Contas, o poder de julgar, o poder vai ficar aqui na capital. Então normalmente o prefeito, as suas coisas, vão ter que resolver os problemas, eles vão se orientar lá. Sem dúvida, vai onerar, mas o Poder onde vai julgar? Vai julgar as coisas vai ser aqui na Capital.

O SR. JESUALDO PIRES – Mas a idéia Deputado Jair Miotto, é justamente isso, você orientando o prefeito no interior, com mais facilidade, com acesso mais fácil, desonerando os custos dos prefeitos. É evidente que eles vão ter menos problemas quando forem julgadas as contas deles todos os anos, aqui no Tribunal de Contas da Capital. Essa é a idéia, você descentralizar o Tribunal de Contas para que os Prefeitos possam ter acesso às informações que Vossa Excelência colocou, justamente para evitar e o senhor sabe, Vossa Excelência sabe!

O Sr. Jair Miotto – Eu não conheço isso em outros Estados, o senhor está entendendo? Eu já trabalhei...

O SR. JESUALDO PIRES – Mas eu acho que é um avanço importante...

O Sr. Jair Miotto – Eu não conheço isso em outros Estados e eu tenho certeza... O que vai acontecer? Vai acontecer que depois, daqui a seis, sete meses nós vamos ter... Vai acontecer um excesso de arrecadação, nós vamos ter que aprovar uma suplementação. Por quê? Porque desde 2005 esta Lei está aí, se eles tivessem recursos, já teria interessado em tocar essa causa para frente.

O SR. JESUALDO PIRES – Então eu acredito, para reafirmar então, Senhor Presidente, para encerrar aqui a discussão, eu acredito que a lei é muito importante, cria essa descentralização no Estado de Rondônia, o Tribunal de Contas passa a ter um contato muito mais direto com as Prefeituras, os prefeitos passam a não ter essa despesa semanal, como colocou o Deputado Kaká, de se deslocar de uma cidade longe, com secretário, com advogado para vir a capital para sanar dúvidas, às vezes rápidas de serem sanadas numa estrutura descentralizada.

Então, eu peço aos Pares que apoiem esse importante projeto e vamos cobrar o Tribunal de Contas também, após essa aprovação, que já está aprovada essa lei, que realmente, implante as estruturas nesses quatro municípios que darão muita folga aos nossos Prefeitos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Neodi Carlos) – Quero registrar a presença do Senhor Silvino Boaventura, Prefeito de Corumbiara. Também em nome do nobre Deputado Luizinho Goebel, registrar a presença aqui do Vereador Eder Machado, lá do município de São Francisco.

Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Liderança.

Com a palavra, pelo prazo de vinte minutos sem apartes, o eminente Deputado Euclides Maciel, Líder do Governo.

(Às 16 horas e 56 minutos o Senhor Neodi Carlos passa a presidência ao Senhor Alex Testoni).

O SR. EUCLIDES MACIEL – Senhor Presidente, demais companheiros, amigos da imprensa, em nome do meu amigo Galha, da imprensa, cumprimento os demais companheiros.

Ontem, após o Encontro, hoje pela manhã, Senhor Presidente, eu resolvi escrever alguma coisa sobre aquele Encontro de ontem e, nós vamos tentar traduzir um pouco do que nós vimos ontem. Com a Bancada Federal, 100% participando desse Encontro na FIERO e eu cumprimento o Deputado Eduardo Valverde, coordenador da bancada federal, junto com Vossa Excelência, o nosso Presidente Neodi, que organizaram e, muito bem, esse Encontro.

Eu gostaria também de, render minhas homenagens aos parlamentares presentes pela maneira diferenciada com que estão conduzindo os seus mandatos nesse alvorecer da presente legislatura. E aqui, Deputada Daniela Amorim, nossa representante na Casa, eu posso dizer e, quero registrar como um marco histórico no Estado de Rondônia esse fato que está ocorrendo conosco. Senão vejamos, Encontro de parlamentares já houveram e muitos, mas nesse eu sinto que não é simplesmente mais um Encontro de bancada federal, estadual e demais autoridades de Rondônia. Sinto muito. Mas, meu amigo, Deputado Luiz Cláudio, Deputado que tem um trabalho muito significativo e profundo nesse Estado. Há no ar de nossa querida Rondônia um sentimento que está conduzindo todos nós, está nos conduzindo para que, de forma verdadeira, possamos dar uma resposta a todo o povo desse Estado e, por que não dizer a todos os brasileiros, que quase sempre tomam conhecimento, apenas e, tão somente, das coisas negativas de nosso Estado. Resposta essa que devemos dar por meios de atos desprendidos de qualquer interesses pessoais. E aí, eu digo meu amigo, Deputado Kaká, essa energia que reina entre nós, positiva, é de suma importância e nós temos o dever de conduzi-la no sentido de atender aos anseios do povo que tanto necessita de um norte que o conduza para dias melhores. É chegada a hora, Deputado Wilber, eu sei da importância que o senhor tem hoje, não só para os policiais, mas também, principalmente quando se fala em segurança para o Estado.

Deputado Jesualdo, companheiro de luta na nossa região, Vossa Excelência sabe que: "o cavalo arreado passa por nós uma única vez" e, se a gente não montar no infeliz, nós perdemos o bonde da história. E o cavalo está chegando Deputados, precisamos nos unir, mais do que nunca e apressar para não perder o bonde.

Nós precisamos da saída do Pacífico: é hoje quase uma realidade e sei que temos muitas coisas para fazer. Pois que isso aconteça. Nós precisamos da união de toda a bancada federal e, de nós aqui em Rondônia.

E as duas grande hidrelétricas, Deputado Maurinho e Ribamar, essas sim já estão saindo do papel para o mundo

real. Isso não está acontecendo e está acontecendo aqui na capital do Estado, suas bases eleitorais excelências. E aí eu tenho que parar e respirar e dizer algumas coisas ao meu amigo Governador Cassol, chamo sua atenção para o fato que tudo isso que está acontecendo aqui agora e em tempo real, como dizem os mais moderninhos. E nós, todos os políticos desse Estado, precisamos mais do que nunca estarmos juntos, independente das cores partidárias, para não desapontar o nosso povo, tão sofrido, mas sempre cheio de esperança.

Como se vêem senhoras e senhores, o cenário atual sinaliza céu de brigadeiro para os próximos anos ao povo de Rondônia. Neste contexto tão favorável, Senhor Presidente, por certo essas grandes obras previstas irão gerar inúmeros empregos, muitos recursos financeiros desembarcarão por aqui, empreendedores em massa virão para Rondônia, onde atuarão nos mais diversos ramos de atividades. Mas nem tudo são flores, seríamos, no mínimo, irresponsáveis: se não fizéssemos, neste momento, alguns questionamentos e um deles de suma importância. Haverá infra-estrutura rodoviária para suportar o peso, o pesado trânsito que certamente ocorrerá todos os dias na BR-364? Ou será que vai continuar este descaso que todos os anos, no período das chuvas, transforma a BR-364 numa verdadeira pista de rally, onde se salve quem puder e aí muitas vidas são ceifadas quase todos os dias. Será que a duplicação da ponte sobre o Machado, agora sai? Ou será que toda vez que um burro empaca naquela ponte nós vamos continuar sendo isolados do resto do país? E o anel viário, também em Ji-Paraná, será que desta vez ele sai do papel ou vão esperar que tudo aquilo que já foi feito com o dinheiro do povo seja mais uma obra abandonada como muitas outras? Fala-se em duplicação da ponte, tem que se pensar primeiro no anel viário, porque não adianta querer mexer em ponte, quando se tem só uma para passar.

E os empregos gerados aqui, Deputado Ribamar, por essas grandes obras, serão destinados a nossa população? Será que estamos preparados para ocupar parte significativa dos cargos aqui gerados? E certo que não. E aí vem a grande pergunta: está sendo feita alguma gestão no sentido de que se prepare a mão-de-obra local? Ou será que o nosso povo vai ficar a mercê da migalha daquilo que sobrar dos cargos gerados, subordinando-se aos trabalhadores de outros Estados, posto que esses são bem mais preparados. Como vê senhora e senhores são indagações singelas, mas de conseqüências profundas para o nosso povo.

Mas os questionamentos não param por aí, não. E o povo ribeirinho, o povo que nasceu e cresceu às margens do lendário Rio Madeira, cujos costumes lhe são peculiares, basta dar-lhes uma outra terra? É evidente que não. E preciso muito mais do que isso. E as espécies de animais da região, sobretudo os peixes? Pesquisas apontam que haverá mutação, pois o habitat sofrerá profundas mudanças com o represamento das águas do Rio Madeira, a exemplo do que já ocorreu em outras regiões do país, onde barragens como essas foram construídas. E a nossa flora, essa terá o tratamento devido ou será que vai ficar apenas nas entrelinhas dos grandes discursos como sempre ocorreu? Nessas alturas da minha fala, talvez, eu percebo que boa parte dos presentes está achando que eu me rendi aos argumentos dos ambientalistas internacionais.

Eu, de forma alguma estou firmando posição contrária às usinas hidrelétricas do Rio Madeira. É engano quem pensa isso, isso não é verdade. Primeiro porque sou daqueles que defendem ferrenhamente o progresso e, essas obras irão impulsionar a economia do nosso Estado. Segundo, porque continuo entendendo que o bom gringo é aquele que permanece no seu país e quando viaja para outras terras, não deve vir dar opinião daquilo que de direito não lhe diz respeito.

Desse modo, faço esse questionamento com o propósito de chamar a atenção de todas as autoridades para que se posicionem em prol do progresso do nosso Estado,

mas sem deixar de lado a idéia de que prosperar significa reduzir as diferenças entre nossos irmãos rondonienses, dando-lhes sempre oportunidades iguais a todos.

Para encerrar, queria fazer um último questionamento, ou melhor, chamar a atenção de todos, investidos ou não em cargos públicos, para uma reflexão sobre um fato que sempre me indignou e ainda hoje me indigna como cidadão. Quem deve ser mais considerado como bandido, aquele que furta uma galinha para saciar sua fome e de sua família ou aquele que recebe uma procuração do povo no dia das eleições para representá-lo com dignidade e, ao invés disso mete ou permita que se meta a mão no dinheiro público, para atender interesses próprios ou de terceiros? Faço esse questionamento meus amigos, meus companheiros com um único propósito, o de ressaltar nossa responsabilidade como parlamentar perante aqueles que nos elegeram como seus legítimos representantes. E o que se extrai dessa simples reflexão é uma singela lição, meu ilustre Presidente Deputado Neodi, lição essa que nos dá convicção de que para se ser um bom político, o agente público, no exercício de seu mandato, não deve ser apenas honesto, porque isso é o mínimo que dele se espera, deve, sobretudo, zelar para que outras pessoas não façam mau uso do dinheiro público. Isso sim é ser um bom político, e acima de tudo é o mínimo que o povo espera de nós. Meu muito obrigado senhor Presidente.

(Às 17 horas e 01 minuto o Senhor Alex Testoni passou a presidência ao senhor Deputado Neodi Carlos).

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Encerradas as Comunicações de Liderança passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

ORDEM DO DIA

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Procedendo à leitura das proposições recebidas:

- PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DO DEPUTADO ALEX TESTONI

Dá nova redação ao artigo 20-A da Constituição Estadual.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROMULGA a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º. O artigo 20-A da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20-A. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, obedecerão ao disposto no inciso XI do caput do artigo 37 da Constituição Federal”.

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 05 e março de 2004.

Plenário das Deliberações, 13 de março de 2007.
Dep. Alex Testoni.

JUSTIFICATIVA

Ilustres Deputados,
A presente Proposta de Emenda à nossa Carta Política tem por escopo precípuo o restabelecimento da ordem e do equilíbrio das finanças públicas no Estado de Rondônia.

Como todos sabem, e agora, nessa nova Legislatura, estamos confirmando mais amiúde, os anos pretéritos foram marcados por uma proliferação desenfreada de leis oriundas

desta Casa, muitas vezes com o aval dos anteriores Chefes do Executivo, criando vantagens de toda ordem aos servidores daquele Poder, sem o necessário estudo criterioso do impacto financeiro correspondente, mormente em razão da superposição de vantagens, produzindo o denominado efeito cascata.

As conseqüências deste descontrole não assumiram contornos caóticos, em razão da regra estabelecida na Constituição Federal, segundo a qual a remuneração e subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos do Poder Executivo não poderão exceder o subsídio mensal do Governador do Estado (art. 37, inciso XI, CF).

Assim, os excessos remuneratórios verificados no Executivo eram amenizados por aquela norma constitucional, que fazia com que estornados, fossem os valores da remuneração de servidores que ultrapassassem a monta correspondente ao subsídio do Chefe do Poder Executivo.

Dentro desse cenário jurídico, a regra constante do art. 20-A da Constituição do Estado, que estabelece como teto remuneratório dos servidores dos três Poderes a remuneração do Desembargador do Tribunal de Justiça, não produzia qualquer efeito, por confrontar com norma hierarquicamente superior, ou seja, o mencionado art. 37, XI da Constituição Federal.

Pois bem! Com o advento da Emenda Constitucional Federal n.47/2005, que acrescentou o § 12 ao art. 37 da Carta Magna, foi conferida aos Estados a faculdade de, através de emenda à sua Constituição, fixar como limite único remuneratório de seus servidores o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça.

É certo que em Rondônia não foi exercida a faculdade conferida por referida Emenda 47/2005, posteriormente à sua edição. Entretanto, alguns têm compreendido que a antiga Emenda Constitucional do Estado de Rondônia n. 036/2003 foi acolhida pela Emenda Constitucional Federal n. 47/2005, pois esta retroagiu seus efeitos a dezembro 2003.

A prevalecer tal entendimento, no sentido de que a Emenda à Constituição Estadual n.036/2003 passou a produzir efeitos, enfrentaremos no Estado de Rondônia forte comoção, decorrente da gritante disparidade que existiria entre a média remuneratória da grande maioria dos servidores do Executivo e a remuneração de minorias, que passariam a perceber basicamente o dobro da remuneração do Governador, que vem a ser o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Além dessa instabilidade decorrente da gritante desproporção remuneratória, agregue-se a preocupação relacionada ao impacto financeiro pelo estabelecimento desse novo teto, que repita-se, vem a ser o dobro daquele que se aplica até o momento.

Assim, Ilustre Pares, a bem da moralidade, da proporcionalidade, da razoabilidade e do equilíbrio fiscal, encareço apoio no exame e votação da inclusa proposta de Emenda Constitucional.

- REQUERIMENTO DEPUTADO VALTER ARAÚJO:

Requer a realização de uma Audiência Pública para tratar da implementação da saída do Pacífico, no dia 11 de abril, às 14 horas no plenário desta Casa.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Douto Plenário na forma regimental, requer realização de uma Audiência Pública para tratar de assuntos relacionados a implementação da saída para pacífico, tais como:

- Abertura do comércio com o Peru;
- Prospecção de produtos para exportação com os países vizinhos;
- Tratado bilateral com incentivo as tarifas alfandegárias;
- Estruturação das barreiras tarifárias e fito-sanitária

- Implementação do aeroporto internacional
- Implementação de vôos de prospecção regional e internacional
- Preparação da indústria, comércio e agropecuária em relação a produção de exportação.

A referida audiência será realizada no dia 11 de abril, às 14:00 h., no Plenário desta Casa e solicito enviar convites aos representantes dos órgãos abaixo relacionados:

Governador do Estado, SEBRAE, Deputados Estaduais, FIERO, Deputados Federais e Senadores, Sr. Miguel de Souza (palestrante), Secretaria de Estado da Agricultura, Federação da Agricultura – FAPERON, DFA – Departamento Federal de Agricultura, FECOMÉRCIO, IDARON, Associações Comerciais do Estado, Prefeitos e Presidente das Câmaras de Vereadores do Estado, Aeronáutica – INFRAERO, DENIT, Empresas aéreas Nacionais e Regionais, Tribunal de Justiça, Secretaria de Estado da Saúde, Ministério Público Estadual, Superintendência Estadual de Turismo, Ministério Público Federal Receita Federal, Tribunal de Contas do Estado Tribunal de Contas da União, Polícia Federal, Ministério das Relações Exteriores.

JUSTIFICATIVA

Esta audiência visa debater a implementação da saída para o pacífico, pois dentro de 03 (três) anos teremos o acesso totalmente asfaltado para o pacífico – Peru. "O sonho está próximo da realidade".

O trecho dentro do Brasil, até Assis Brasil do Acre já está totalmente pronto, ficando apenas parte do Peru em construção e em breve estaremos tendo o prazer de rodar e transformá-la em um corredor de grande desenvolvimento e união entre os empresários dos dois países, principalmente aos da Região Norte e Centro Oeste. Hoje a idéia não é mais exportar para países de grande porte, pois nem sempre temos condições de atender a demanda, mas sim, vislumbrar o grande mercado Peruano que conta hoje com mais de 28 milhões de habitantes.

Esta estrada já é praticamente uma realidade e os nossos empresários de Rondônia necessitam estar preparados para tal evento, principalmente nos setores em que a produção ainda é pequena, pois hoje, podemos contar com a comercialização para país vizinho, somente da soja, da carne e da madeira. Como o governo pode incentivar na produção em nível de exportação é preciso discutir também a abertura do espaço aéreo, com implantação de vôos regionais e internacionais, para o deslocamento dos empresários, facilitando o acesso às negociações e também o desenvolvimento turístico de ambas as partes.

Outro item importante é a implementação por parte dos órgãos governamentais, como a Receita Federal e Estadual, Polícia Federal, entre outros em viabilizar estrutura para esta realidade.

Convido aqui todos para alavancar esse objetivo que é o grande passo para o desenvolvimento do nosso Estado, pois somos o corredor da união de dois países.

Plenário das Deliberações, 8 de março de 2007.
Dep. Valter Araújo

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA DANIELA AMORIM:

Indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade de construir uma Escola no Bairro Rota do Sol, município de Ariquemes.

A Deputada que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade de se construir uma Escola Estadual de Ensino

Fundamental e Médio, no Bairro Rota do Sol, no município de Ariquemes.

Plenário das Deliberações, 07 de março de 2007.
Dep. Daniela Amorim.

JUSTIFICATIVA

A comunidade através desta Parlamentar reivindica que seja construída uma Escola Estadual, no Bairro Rota do Sol, por ser um bairro recentemente criado e localizado demograficamente distante de qualquer instituição de ensino, causando transtornos para a comunidade estudantil por terem que se deslocar uma escola muito distante para iniciarem ou concluírem seus estudos ou então ficarem sem um dos principais direitos constitucionais que é garantir a todos os direito a educação.

Salientamos, também que a comunidade também necessita que seja implantado o ensino noturno, vez que a grande maioria dos moradores do bairro são trabalhadores e lutam diariamente para suprirem suas necessidades básicas, e no final do dia, não se encontram em condições físicas e nem financeiras de tomarem um coletivo ou outro meio de transporte para se deslocarem a outro estabelecimento de ensino em outro bairro.

Contamos com o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação dessa tão importante indicação.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA DANIELA AMORIM:

Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de recuperar uma ponte no município de Rio Crespo.

A Deputada que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado, sobre a necessidade de determinar ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER que execute a recuperação de uma ponte localizada na Linha "C-95" do Km-15 sobre o rio Manteiga no município de Rio Crespo.

JUSTIFICATIVA

As péssimas condições dessa ponte, tem causado transtornos aos moradores da Linha C-95, tornando impossível o tráfego, principalmente por falta de manutenção de pontes e estradas, o que vem prejudicando sensivelmente os produtores rurais daquela região, que ficam sem condições de escoarem os seus produtos agropecuários.

Diante disso, apresentamos a presente indicação na qual solicitamos a recuperação dessa ponte, para que os produtores rurais de nosso Estado tenham um melhor acesso ao município de Rio Crespo, e para isso contamos com o apoio dos Nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 06 de março de 2007.
Dep. Daniela Amorim.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA DANIELA AMORIM:

Indica ao Governador do Estado a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva na Escola Pólo Onofre Dias Lopes, no município de Machadinho D'Oeste.

A Deputada que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado, sobre a necessidade de construir uma quadra poliesportiva na Escola Pólo Onofre Dias Lopes, localizada na Gleba-04 no município de Machadinho D'Oeste.

JUSTIFICATIVA

A Escola Pólo Onofre Dias Lopes, não possui quadra poliesportiva para que seus alunos possam fazer aulas de educação física em local adequado, e também participarem de outra prática esportiva e de lazer, fora do horário escolar. Considerando que a atividade física é essencial para o aluno pedimos ao Senhor Governador que determine a SEDUC a construção de uma quadra na referida Escola, aplicando legalmente parte dos recursos destinados a educação.

Contamos com a aprovação dos Nobres Pares para a aprovação dessa Propositura.

Plenário das Deliberações, 06 de março de 2007.
Dep. Daniela Amorim.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALDIVINO RODRIGUES:

Indica a construção de uma quadra poliesportiva no município de Cacoal – RO.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido Plenário, na forma regimental, indica ao Exmo. Senhor Governador a necessidade de viabilizar a construção de uma quadra poliesportiva na Escola Estadual de Ensino Médio Josino Brito, localizada na Rua Uirapuru nº2560, Bairro Floresta em Cacoal-RO.

JUSTIFICATIVA

É de grande importância a construção desta obra para atender não só a classe estudantil desportiva, como toda a comunidade sendo que a escola aqui mencionada encontra-se fora da área central da cidade e a referida escola não possui nenhum local para recreação.

A Proposição é de extrema importância e necessita de solução, para isso contamos com o apoio dos Nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 13 de março de 2007.
Dep. Valdivino Rodrigues.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO KAKÁ MENDONÇA:

Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, a necessidade de viabilizar a recuperação da Linha Kapa 06, no município de Parecis – RO.

O Deputado que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade de viabilizar a recuperação da Linha Kapa 06, localizada no Assentamento União no município de Parecis-RO.

JUSTIFICATIVA

É sabido que há interesse por parte de Vossa Excelência em dar qualidade ao tráfego nas estradas do nosso Estado e diante deste empenho, solicitamos atenção especial no sentido de desenvolver obras para recalapeamento e encascalhamento, bem como a recuperação de bueiros e pontes desta linha Kapa 06, localidade neste respectivo assentamento.

Esta linha é de supra necessidade para a população que reside neste local, sendo o único meio de acesso as cidades próximas. As péssimas condições em transitar nesta região, vem prejudicando até mesmo aos estudantes que dependem desta estrada para se locomoverem as escolas mais próximas.

Plenário das Deliberações, 13 de março de 2007.
Dep. Kaká Mendonça.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO:

Indica ao Senhor Governador do Estado, a necessidade de estadualização da Linha 632, a partir do município de Governador Jorge Teixeira até o distrito de Tarilândia-RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica ao Exmo. Senhor Governador do Estado ouvido o Douto Plenário na forma regimental, a necessidade de viabilizar de estadualização da Linha 632 a partir do município de Governador Jorge Teixeira até o distrito de Tarilândia/RO, pois a mesma já estadualizada da BR-364 até a sede de Governador Jorge Teixeira e se constitui na principal via de acesso entre Gov. Jorge Teixeira a Tarilândia e Jaru.

JUSTIFICATIVA

Esta indicação é feita no sentido da estadualização da Linha 623 a partir do município de Governador Jorge Teixeira, uma vez que essa estrada já é de responsabilidade do Estado, no sentido BR-364 até Governador Jorge Teixeira.

Com a estadualização da referida linha, o Estado passará a ser o responsável pela manutenção, ou seja, limpeza, encascalhamento, asfalto, construção de pontes e outros serviços.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2007.
Dep. Valter Araújo

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO:

Indica ao senhor Governador do Estado, com intervenção da Secretaria de Educação – SEDUC, a necessidade urgente de enviar três computadores com impressora para a extensão do Instituto Estadual de Ensino Carmela Dutra, no distrito de União Bandeirante, município de Porto Velho – RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica ao Exmo. Senhor Governador do Estado, com interveniência da Secretaria Estadual de Educação-SEDUC, ouvido o Douto Plenário na forma regimental, a necessidade de enviar três computadores com impressora para a extensão do Instituto Estadual de Ensino Carmela Dutra, no Distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

O Instituto Estadual de Ensino Carmela Dutra, situado no distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho, necessita com extrema urgência de 03 computadores completos. Esta solicitação visa atender aos alunos que poderão ser iniciados na inclusão digital, mas principalmente para que os professores façam as provas e trabalhos que serão repassados aos alunos.

Hoje, em pleno século XXI, onde utilizamos a informatização para todos os fins, os professores da referida escola ainda utilizam o método manuscrito para elaborar as provas e trabalhos dos estudantes.

Feito isso o Estado contribui para com a qualidade do ensino daquela Unidade Escolar.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2007.
Dep. Valter Araújo.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO:

Indica ao Senhor Governador do Estado, com a interveniência da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, a necessidade da construção de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio para o distrito de União Bandeirante, município de Porto Velho – RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica ao Exmo. Senhor Governador do Estado, com interveniência da Secretaria Estadual de Educação-SEDUC, ouvido o Douto Plenário na forma regimental, a necessidade da construção de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio para o Distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

O Distrito de União Bandeirantes tem uma população suficiente para comportar a criação de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio da rede oficial do Ensino do Estado. Hoje a sala de aula funciona como extensão do Instituto Estadual de Ensino Carmela Dutra.

Esse fato tem dificultado o trabalho dos educadores e principalmente o desenvolvimento educacional da região, pois os alunos existentes no local são contabilizados pelo censo do Instituto Carmela Dutra. O mesmo acontece com os recursos enviados, quem recebe é a escola citada, que por sua vez faz o repasse à extensão em União Bandeirantes.

Esse Deputado faz questão que o Distrito de União Bandeirantes tenha sua própria rede oficial de ensino para que dessa forma a escola tenha o próprio censo e receba os recursos que é de direito.

Feito isso o Estado contribui para a qualidade do ensino daquela Unidade Escolar.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2007.
Dep. Valter Araújo.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO:

Indica ao Senhor Governador do Estado, a necessidade urgente de contratação emergencial, através de concurso, convocação dos aprovados em concursos anteriores ou remanejamento de professores de Química, Física e Biologia aos alunos que estão sem aulas no distrito de União Bandeirante, município de Porto Velho – RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica ao Exmo. Senhor Governador do Estado, ouvido o Douto Plenário na forma regimental, a necessidade urgente de contratação emergencial através de concurso, convocação dos aprovados em concursos anteriores ou remanejamento de professores de Química, Física e Biologia aos alunos que estão sem aulas no Distrito de União Bandeirantes no município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Em visita pelo interior do Estado, mais especificamente no distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho, este Deputado recebeu inúmeros pedidos por parte de estudantes daquela região, para que o mesmo interceda junto ao governador, que há necessidade urgente de enviar professores especialista em Química, Física e Biologia, haja vista que desde o início das aulas os alunos estão desprovidos dessas matérias. Devido a esse fato, se não for adotadas providências urgentes, o ano poderá estar comprometido para esses alunos que não terão acesso adequado aos conteúdos que devem ser passados.

E direito do estudante e dever do Estado que todo educando aprenda da maneira correta todas as matérias da grade curricular. Caso isso não aconteça, o futuro desses estudantes poderá estar comprometido, pois Química, Física e Biologia são disciplinas exigidas em vestibulares, independentes da área escolhida.

Feito isso, o Estado contribui para com a qualidade do ensino daquela Unidade Escolar.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2007.
Dep. Valter Araújo

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO:

Indica ao Senhor Governador do Estado, a necessidade de realizar com urgência a limpeza e encascalhamento das ruas e avenidas do distrito de União Bandeirantes, bem como a abertura de estradas vicinais, como já é feito no Linhão, linhas que dão acesso a todos os ramais do distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica ao Exmo. Senhor Governador do Estado, ouvido o Douto Plenário na forma regimental, a necessidade de realizar com urgência a Limpeza e Encascalhamento das Ruas e Avenidas do Distrito de União Bandeirantes, bem como a abertura de estradas vicinais como já é feito no Linhão, linhas que dão acesso a todos os ramais do distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Em visita ao Distrito de União Bandeirante, este Parlamentar pode presenciar a falta de condições que as estradas, ruas e avenidas do referido distrito oferecem aos moradores. Diante de tal situação faz-se necessário a recuperação urgente das ruas, avenidas e principalmente das estradas vicinais. Da maneira em que se encontra a população vem sofrendo com os acidentes gravíssimos, uns com morte instantâneas, outros que as vítimas vieram a falecer por falta de socorro em decorrência das péssimas condições das estradas. Além disso, a saúde, educação, agricultura e até o

escoamento da produção estarão comprometidos caso as estradas não sejam recuperadas.

Pelo exposto é que solicitamos a limpeza e encascalhamento das referidas estradas, ruas e avenidas.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2007.

Dep. Valter Araújo.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO:

Indica ao Senhor Governador do Estado, a necessidade de implantar o Shopping Cidadão no município de Jaru/RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica ao Exmo. Senhor Governador do Estado, ouvido o Douto Plenário na forma regimental, a necessidade de viabilizar junto ao órgão competente a implantação do Shopping Cidadão no município de Jaru/RO.

JUSTIFICATIVA

Esta indicação visa atender a comunidade de Jaru e de municípios circunvizinhos, tais como Theobroma, Governador Jorge Teixeira, Vale do Anari, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste e distritos como Colina Verde e Tarilândia. Com a implantação do Shopping Cidadão, os moradores da região citada serão beneficiados com diversos serviços públicos como Detran, Defensoria Pública, Bancos, Procon, Sefin, Junta de Serviços Militares, Tribunal de Justiça, Ministério do Trabalho, Retirada de Documentos, entre outros.

A implantação desse serviço de atendimento vem facilitar o acesso da população a todos os serviços citados, pois hoje, dependendo do serviço que a pessoa necessite, é necessário o seu deslocamento a Porto Velho ou a Ji-Paraná, onerando em gastos demasiados, e o município de Jaru por ser centralizado, suprirá essa necessidade com a implantação do Shopping Cidadão.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2007.

Dep. Valter Araújo.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO:

Indica ao Governador do Estado, sobre a necessidade de instalar um Posto do IDARON no distrito de Novo Plano, município de Chupinguaia.

O Deputado que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade de instalar um Posto do IDARON no distrito de Novo Plano, no município de Chupinguaia.

JUSTIFICATIVA

Residem atualmente no distrito de Novo Plano 300 famílias que trabalham na Zona Rural e a maioria lidam com bovinocultura, e os moradores tem que se deslocam do distrito até o município de Chupinguaia, sempre que necessitam vacinar o rebanho bovino ou precisam de qualquer documentação do IDARON, pois nessa localidade não existe este tipo de assistência ao agricultor. Além dos transtornos com o deslocamento de uma localidade para outra, há gastos extras com alimentação e estadia quando o problema não é resolvido no mesmo dia.

Diante disso, a Associação das Donas de Casa do Novo Plano – ASDONOP, solicita deste Parlamentar, apoio legislativo junto ao Poder Executivo para que seja implantado um Posto do IDARON no Distrito de Novo Plano, e, para isso contamos com o apoio dos Nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 08 de março de 2007.

Dep. Luiz Cláudio.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO:

Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de recuperar a camada asfáltica das rodovias RO-10, RO-479 e RO-383.

O Deputado que a presente subscreve, nos termos regimentais indica ao Exmo. Senhor Governador do Estado, sobre a necessidade recuperar a camada asfáltica da Rodovia

RO/10, RO/479 e RO/383, que cruzam a cidade de Rolim de Moura em perímetro urbano.

JUSTIFICATIVA

O trecho de 20 (vinte) quilômetros da rodovia RO/10, RO/479 e RO/383, cruzam a cidade de Rolim de Moura em seu perímetro urbano, e encontram-se com a camada asfáltica bastante deteriorada, em razão do grande fluxo de veículos que circulam por aquelas rodovias, por serem elas as principais vias de utilização para aqueles que se deslocam da Zona da Mata para o Cone Sul do Estado, aliado ao forte e longo inverno amazônico que vai até meados de maio.

Assim sendo para melhorar as condições e a segurança daqueles que utilizam os citados trechos das rodovias RO/10, RO/479 e RO/383, solicitamos que o Senhor Governador do Estado inclua esses 20 (vinte) quilômetros como complementação das rodovias acima mencionadas, fazendo um recapeamento total.

Contamos com a colaboração dos Nobres Pares para a aprovação dessa indicação.

Plenário das Deliberações, 08 de março de 2007.

Dep. Luiz Cláudio.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO:

Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia sobre a necessidade de se fazer um convênio do Estado com uma Clínica que faça o exame de Tomografia Computadorizada no município de Cacoal ou Ji-Paraná.

O Deputado que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao excelentíssimo Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de se fazer um Convênio do Estado com uma Clínica privada Especializada em Exame de Tomografia Computadorizada ou que o próprio estado faça a aquisição deste aparelho disponibilizando-o para o município de Cacoal ou Ji-Paraná para atendimento dos municípios do centro do Estado, Zona da Mata e Cone Sul. Tal indicação se faz em vista do custo do deslocamento dos pacientes ser quatro ou cinco vezes mais cara para os cofres públicos, sem contar ainda com o grande congestionamento no atendimento e muitas vezes o paciente não tendo êxito para marcar o exame devido a longa lista de espera, devido este tipo de serviço ser centralizado somente na capital do Estado.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares esta indicação atende uma reivindicação que nos fora solicitada em várias reuniões feitas no interior do Estado com prefeitos, secretários de saúde e a população em geral, a implantação desse serviço é de fundamental importância porque visa atender de forma eficaz a toda comunidade carente do interior do Estado, ou seja, através de um Convênio do Estado com uma Clínica privada Especializada em Exame de Tomografia Computadorizada ou que o próprio Estado faça a aquisição deste aparelho disponibilizando-o para o município de Cacoal ou Ji-Paraná, visando sempre em primeiro lugar melhor conforto e segurança a população carente do interior do Estado, pois os mesmos quando necessitam um exame tão caro como estes precisam se locomover para a Capital causando assim um transtorno muito maior, pois a doença não avisa quando vai chegar e geralmente nos pega sempre desprevenido financeiramente e o gasto se torna ainda maior, com o deslocamento para a capital, e ainda causa congestionamento no atendimento e muitas vezes o paciente não tendo êxito para marcar o exame devido a longa lista de espera, devido ser centralizado somente na capital este tipo de atendimento e os mesmos ficam muita das vezes a mercê da própria sorte. Assim sendo, este Parlamentar tendo o conhecimento do Convênio firmado entre o Governo e a Clínica Dr. Samuel Castiel em porto Velho e visando o bem-estar dos moradores daquela região do centro do Estado, do Cone Sul e da Zona da Mata, vem indicar ao Governador do Estado e implantação de um Convênio no Município de Cacoal ou Ji-Paraná.

Plenário das Deliberações, 12 de março de 2007.

Dep. Maurão de Carvalho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO PROFESSOR DANTAS

Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de recuperar a camada asfáltica que dá acesso ao mirante do Morro da Embratel.

O Deputado que a presente subscreve nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de recuperar a camada asfáltica que dá acesso ao Mirante do Morro da Embratel – Parque Chico Mendes, no município de Ouro Preto do Oeste.

JUSTIFICATIVA

O trecho que dá acesso ao Mirante do Morro da Embratel – Parque Chico Mendes, no município de Ouro Preto do Oeste, se encontra com a camada asfáltica bastante deteriorada, em razão das fortes chuvas que caem no inverno amazônico e ao grande fluxo de veículos que transitam nesse trecho. Salientamos que o referido mirante é ponto turístico e também possui rampa de saltos para a prática de esportes de vôo livre.

Com isso exposto, solicitamos que Senhor Governador determine ao órgão competente providências, e, para isso contamos com o apoio dos Nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 07 de março de 2007.

Dep. Prof. Dantas.

- INDICAÇÃO DEPUTADO PROFESSOR DANTAS:

Indica ao Senhor Governador do Estado à necessidade de construir 03(três) salas de aula no prédio da Escola Pedro Vieira de Melo.

O Deputado que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de construir 03 (três) salas de aula no prédio da Escola Pedro Vieira de Melo, localizada no distrito de Tarilândia município de Jaru.

JUSTIFICATIVA

A indicação que apresentamos tem por finalidade de sensibilizar o Poder Executivo para que seja providenciada junto a SAEDUC – Secretaria de Educação, a ampliação do espaço físico da Escola Pedro Vieira de Melo, com a construção de 03 (três) salas de aulas para melhor acomodar e atender a comunidade estudantil, cuja demanda é grande.

Por entendemos que a educação é fundamental ao ser humano, é que indicamos a propositura a Vossa Excelência para que tome as devidas providências.

Contamos com o apoio dos Nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 08 de março de 2007.

Dep. Prof. Dantas.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO PROFESSOR DANTAS:

Indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade de adquirir um microônibus para atender pacientes de Ouro Preto do Oeste.

O Deputado que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de adquirir um microônibus, para conduzir pacientes de hemodiálise de Ouro Preto do Oeste até Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Os moradores de Ouro Preto do Oeste que sofrem com problemas renais e necessitam fazer hemodiálise três vezes por semana, enfrentam sérias dificuldades de transportes, para deslocarem até o município de Ji-Paraná, em busca de atendimento médico. Considerando que muitos pacientes não possuem meios de locomoção, e o município não dispõe de veículo destinado a transporta-los, apresentamos a presente indicação, através da qual solicitamos que o Poder Executivo tome providências nesse sentido.

Plenário das Deliberações, 07 de março de 2007.

Dep. Prof. Dantas.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO PROFESSOR DANTAS:

Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade da construção de uma fossa séptica na Casa de Detenção do município de Ouro Preto D'Oeste.

O Deputado que a esta subscreve indica na forma regimental e após ouvido o Douto Plenário deste Poder Legislativo, seja a presente proposição encaminhada ao Senhor Governador do Estado, sobre a necessidade da construção de uma fossa séptica com sumidouro, na Casa de Detenção "Ouro Preto", localizada no município de Ouro Preto Dm:'Oeste.

JUSTIFICATIVA

Ao verificarmos *in loco*, observamos que os esgotos da instituição correm a céu aberto causando prejuízos à saúde da população daquela região, bem como ao meio ambiente.

Sabemos que o Estado é responsável pela segurança da população na área de saúde, mais um motivo para que seja sanada a situação ora exposta.

Portanto Nobres Pares, esperamos o apoio de Vossas Excelências para a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 08 de março de 2007.

Dep. Prof. Dantas.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO PROFESSOR DANTAS:

Indica ao Senhor Governador a necessidade de adquirir um aparelho para mamografia, para o município de Ouro Preto D'Oeste.

O Deputado que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade de adquirir um aparelho de mamografia para Unidade Mista de Saúde do Hospital Municipal Drª Maria Laura Braga, no município de Ouro Preto do Oeste.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem por objetivo, ligar o Poder Executivo Estadual, para aquisição de um aparelho para mamografia a ser usado na Unidade Mista de Saúde do Hospital Municipal Doutora Maria Laura Braga, situado no município de Ouro Preto do Oeste, levando-se em consideração que tal aparelho, atenderá a população de Ouro Preto do Oeste, e também da microrregião.

Por isso, apresentamos a presente indicação para solicitar ao Senhor Governador do Estado, que tome as devidas providências junto com a Secretaria de Saúde – SESAU para que seja adquirido o aparelho de mamografia. Para isso contamos com o apoio dos Nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 07 de março de 2007.

Dep. Prof. Dantas.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO PROFESSOR DANTAS:

Indica ao Presidente da Poder Executivo sobre a necessidade de expansão da rede de água no município de Ji-Paraná-RO.

O Deputado que a esta subscreve indica na forma regimental e após ouvido o Douto Plenário deste Poder Legislativo, seja a presente proposição encaminhada ao Senhor Presidente da CAERD – Companhia de Água e Esgotos de Rondônia, solicitando a expansão da rede de água no bairro Bela Vista, localizado no Município de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Atualmente residem mais de mil famílias que residem no bairro Bela Vista, e passam por sérios problemas com a falta de abastecimento de água tratada. A causa destes problemas, é o solo com um baixo nível que alaga-se com facilidade, comprometendo o lençol freático. Existe ainda um igarapé que algumas vezes transborda deixando sobre o solo, líxos e detritos, causando sérios problemas de saúde à população e ao meio ambiente.

Nobres Pares, contamos com o apoio de Vossas Excelências para a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 08 de março de 2007.
Dep. Prof. Dantas.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES:

Indica ao Poder Executivo a necessidade de recuperar as rodovias denominadas Linha C-04 e Linha C-40 no município de Urupá.

O Parlamentar que a presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo a necessidade de recuperar as rodovias denominadas Linha C-04 e Linha C-40 que liga o município de Urupá aos municípios de Mirante da Serra e Nova União.

JUSTIFICATIVA

As estradas acima mencionadas, principais corredores de acesso às escolas-pólo do município de Urupá, há muito necessitam de reparos tais como cascalhamento, aterro, drenagem, construção de bueiros e galerias tendo em vista estarem em precário estado de conservação.

Por oportuno, ressalto que é de fundamental importância a construção de uma ponte em alvenaria sobre o rio Azul, pois a ponte existente é de madeira e se encontra completamente deteriorada em virtude do grande fluxo de veículos pesados, como, ônibus caminhões e carretas.

Conto com a aprovação dos Nobres Pares e com o empenho do Excelentíssimo Senhor Governador.

Plenário das Deliberações, em 06 de março de 2007.
Dep. Jesualdo Pires.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES:

Indica ao Poder Executivo a necessidade de aumentar o efetivo da Polícia Militar no município de Urupá.

O Parlamentar que a presente subscreve, em uso de seus atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo a necessidade de ampliar o Efetivo Policial Militar no município de Urupá.

JUSTIFICATIVA

De acordo com o Regimento da Polícia Militar o número de policiais necessários para atender a demanda do município de Urupá seria de no mínimo 16 (dezesseis), todavia atualmente existem apenas 10 (dez) policiais militares desempenhando suas atividades no município, com isso o trabalho não vem sendo realizado com a devida eficácia.

Tendo em vista o baixo número de policiais, muitas vezes chega a ser necessário fechar o quartel para atender a grande quantidade de ocorrências. Os policiais têm trabalhado até 240 horas além da carga horária obrigatória para garantir a segurança da população de Urupá.

Diante dessa preocupante situação, conto com o apoio dos Nobres Pares para a solução desse problema que se agrava a cada dia.

Plenário das Deliberações, em 06 de março de 2007.
Dep. Jesualdo Pires.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES:

Indica ao Poder Executivo a necessidade de construir um presídio com capacidade para 40 detentos na cidade de Urupá.

O Parlamentar que a presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo a necessidade de construir um presídio com capacidade para 40 detentos no município de Urupá.

JUSTIFICATIVA

Atualmente o município de Urupá conta com uma população de aproximadamente 18 mil habitantes e os índices

de criminalidades registrados no município tem aumentado gradativamente a cada ano, ademais, 70% dos detentos que estão cumprindo pena atualmente no presídio de Alvorada D'Oeste são oriundos do município de Urupá, causando um inchaço na população carcerário do município vizinho.

Vale ressaltar que a nossa proposição visa atender justa reivindicação subscrita por vereadores de Urupá bem como pelo prefeito municipal, outrossim, quero lembrar também que a Prefeitura Municipal já disponibilizou uma área para a construção da referida unidade prisional.

Conto com a aprovação dos Nobres Pares face à relevância do pleito.

Plenário das Deliberações, em 06 de março de 2007.
Dep. Jesualdo Pires.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA MESA DIRETORA:

Altera o Caput do artigo 11 e acrescenta o artigo 70-A a Lei Complementar nº 326 de 11 de novembro de 2005.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. O *Caput* do artigo 11 da Lei Complementar nº326, de 11 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.11. Respeitado o limite da cota mensal de gabinete e os valores do salário mínimo vigente, os parlamentares poderão dentro das tabelas constante dos Anexos XIII e XV, da Lei Complementar nº 326 de 11 de novembro de 2005, definir livremente o quantitativo de nomeação dos servidores para cargos em comissão de Assessor Parlamentar e Assistente Parlamentar em seu gabinete." (NR)

Art. 2º. Fica acrescido o Art. 70-A à Lei Complementar nº326 de 11 de novembro de 2005 com a seguinte redação:

"Art. 70-A. A Assembléia Legislativa baixará ato nomeando 03 (três) servidores para integrarem as seguintes Comissões Administrativas, todas vinculadas às Secretarias Geral:

- I. Comissão Permanente de Licitação;
- II. Comissão Permanente de Recebimento, Acompanhamento e Fiscalização de Bens, Materiais e Serviços;
- e
- III. Comissão Permanente de Auditoria Interna.

Parágrafo Único. As Comissões de que trata este artigo serão regulamentadas por resolução da Mesa Diretora.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de alteração da Lei Complementar nº 326 de 11 de novembro de 2005 tem como objetivo dar uma maior liberdade para que sem haver aumento de despesa cada parlamentar possa escolher livremente o valor da gratificação dos ocupantes dos cargos de Assessor Parlamentar e Assistente Parlamentar e a quantidade de pessoal comissionado, que prestará serviços nos respectivos gabinetes. Além disso, o projeto de lei acrescenta artigo 70-A que visa a implantação de políticas públicas para a gestão de controle interno e normatização de setores essenciais às atividades administrativas do Poder Legislativo.

Plenário das Deliberações, 13 de março de 2007.

Dep. Neodi Carlos
Dep. Alex Testoni
Dep. Miguel Sena
Dep. Jesualdo Pires
Dep. Chico Paraíba
Dep. Ezequiel Neiva
Dep. Maurinho Silva

Lida as matérias Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

APRECIÇÃO DE MATÉRIAS

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – REQUERIMENTO DEPUTADO VALTER ARAÚJO: Requer a realização de uma Audiência Pública, para tratar da implementação da saída do pacífico no dia 11 de abril às 14 horas, no Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Senhores Deputados sobre a Mesa, o Requerimento do Senhor Deputado Valter Araújo.

Em discussão o Requerimento do Deputado Valter Araújo.

Encerrada discussão.
Em votação. Os Deputados favoráveis ao Requerimento permaneçam como se encontram.
Aprovado. Vai ao expediente.

O SR. JESUALDO PIRES – (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 114/06. Ementa: "Revoga a Lei Complementar nº341, de 24 de abril de 2005".

Senhor Presidente, sobre a Mesa existe um REQUERIMENTO DEPUTADO AMAURI DOS SANTOS com o seguinte teor: "Senhor Presidente, requiro nos termos regimentais que seja adiada a discussão e votação do Projeto Complementar 114/06, por três sessões. Plenário das deliberações 13 de março de 2007. Assinado Deputado Amauri dos Santos".

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Senhores Deputados, sobre a Mesa o Requerimento do Deputado Amauri dos Santos, que pede a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 114. Em discussão o Requerimento do Deputado Amauri dos Santos. Encerrada a discussão.

Em votação. Os Deputados favoráveis ao Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será adiada por três sessões.

Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às Comunicações de Parlamentares. Com a palavra, por um tempo de cinco minutos sem aparte, o ilustre Deputado Amauri dos Santos. O Deputado Amauri dos Santos está abrindo mão da palavra. Com a palavra o ilustre Deputado Luiz Cláudio. O Deputado Maurão está inscrito para o final, Senhores Deputados.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Nobre Presidente, demais companheiros da Mesa, caros Deputados, Deputada. Eu quero parabenizar o Líder do Governo, nosso amigo Deputado Euclides Maciel, por abordar aqui um assunto tão importante no seu discurso. Também o Deputado Dantas, que falaram aqui da reunião de ontem.

Quero parabenizar a imprensa, e hoje nos jornais, nos sites, nós podemos ler, ver, o resultado da reunião de ontem. E aqui Senhor Presidente, quero parabenizar-lhe, como o Senhor dirigiu ontem aquele Encontro importante na história de Rondônia, na história política. Parabenizar também o Deputado Federal Eduardo Valverde e o Governador do Estado, nosso Governador Ivo Cassol que estiveram presente do início ao fim. Sem sobra de dúvida eu não poderia deixar de usar esta Tribuna para falar da importância do Encontro político, um movimento denominado PRO-RONDONIA.

E o Presidente Lula, eu creio que ele vai ficar na história de Rondônia, colegas Deputados do PT, porque o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, contempla Rondônia, entre a região Norte, como o Estado, mais beneficiado com recursos da União. Sem sombra de dúvida o Presidente Lula, que lá no seu Estado de origem, que é o meu também, ele destinou uma refinaria de petróleo, para o Porto de SUAPÉ, na minha capital do Recife. Mas que Rondônia, nós vamos ter

muitos motivos de falar bem do Presidente Lula, pelos projetos que estão inseridos no Programa de Aceleração de Crescimento – PAC. São as Usinas do Santo Antônio, do Girau, sem sombra de dúvida nós que chegamos aqui, eu cheguei em 81 caros Deputados, eu acho que a maioria chegou aqui nessa época. Naquela época em que a dificuldade era tão grande, de energia e o interior do Estado sofria demais, eram quatro horas de energia, e começaram naquela época a implantação, Deputado Jesualdo, da Usina de Samuel, e era uma empolgação. E todos nós que viemos para Rondônia. Nós ficamos assim, realmente motivados que Rondônia vai crescer, que Rondônia vai desenvolver, que Rondônia vai ser um grande Estado. E graças a Deus Rondônia já está sendo um grande Estado da federação brasileira. Eu falei ao Deputado Amauri que Rondônia bateu o recorde na área de exportação. Hoje Rondônia representa muito na balança comercial do País. Quando o país cresceu 17%, Rondônia cresceu 52%. O agro negócio da carne foi de 60%, nobre Deputado Alex, que cresceu. Crescimento que se apresenta em relatório oficial do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio.

Então Rondônia, realmente merece o respeito, merece os bons olhos do Presidente da República. E aqui, sem sombra de dúvida, Senhor Presidente, Vossa Excelência coordenou a reunião com muita competência, Deputado Neodi e, isso demonstra o interesse desta Casa. Isso está demonstrando a união política de todos os Deputados independente de Partido. Isso demonstra que nós temos o interesse de continuar vendo o Estado de Rondônia crescer. Sem sombra de dúvida, são essas notícias que são importantes ser divulgadas. Sem sombra de dúvidas é isso que está na nossa mente, é isso que está no nosso desejo, de ver as coisas acontecerem no nosso Estado. São as pontes, nobre Deputado Dantas, que vão interligar o Acre. Sabemos nós da importância da estrada do Pacífico, é a outra ponte aqui do Madeira que vai interligar a BR 319 Porto Velho/Manaus. É oanel viário de Ji-Paraná, Senhor Presidente, nobre Deputado Jesualdo, são esses projetos que realmente todos nós estamos ansiosos para que isso aconteça.

Eu vi naquela reunião, Senhor Presidente, o pessoal discutir a questão do BERON, que é uma dívida que o povo de Rondônia paga e que está realmente, prejudicando o Estado de Rondônia, são mais de oito milhões por mês e nós ouvimos os Prefeitos do nosso Estado reclamando por falta de recursos. E a questão do BERON que se for resolvido o Estado vai ganhar muito com isso.

E a questão, nobre colega Deputado Dantas, da PEC da transposição dos servidores, quanto o Estado vai economizar se a União aceitar esses servidores?

Então, nobre Presidente, realmente esta Casa está de parabéns. A Assembléia Legislativa de Rondônia, pela primeira vez, em uma reunião política consegue envolver todos os parlamentares a nível federal, a maior parte dos nossos Deputados desta Casa. O Governador do Estado Ivo Cassol esteve ali, realmente, ouvindo, esteve ali avaliando a discussão e se colocando à disposição do Estado de Rondônia para que esses recursos não fiquem só no orçamento e que se acabe o exercício e esses recursos não cheguem até as comunidades e até aos projetos que nós estamos precisando.

Então, sem sombra de dúvidas, o que eu entendi ontem, Senhor Presidente, é que ficou determinado que fosse feita uma comissão mista envolvendo Deputados, envolvendo técnicos do Governo do Estado, envolvendo pessoas do Governo Federal para fazer um acompanhamento, de todos esses projetos que estão lá nos seus ministérios. E muito recurso, é muito dinheiro para Rondônia. Sem sombra de dúvida Rondônia merece mais do que isso. Mas agora nós podemos perceber que, se Deus quiser, nós vamos poder ver aqui os amigos lá da 429, que estão aqui nosso Plenário, vários Vereadores, nós vamos perceber que a 429, que é o sonho daquele povo ser pavimentada, Deputado Luizinho, e realmente aquele povo precisa, que realmente eu fui lá até São Francisco e para andar 10 quilômetros gastei mais de uma hora, para vocês verem o sofrimento daquele povo que mora lá na 429. É a recuperação da 364, eu vi ali recursos destinados, e aqui foi tema de discussão dos que me antecederam, que vem do Mato Grosso até o Acre, a recuperação total da 364.

Então ninguém vai segurar Rondônia, Senhor Presidente. Rondônia já é um grande Estado e vai se tornar um dos melhores Estados do nosso País, não tenho dúvida disso.

Vossa Excelência está de parabéns por receber a Bancada Federal, coordenar essa reunião política e realmente todos têm esse mesmo objetivo de defender o Estado, infraestrutura, logística. É isso que o Estado precisa e nós temos que estaremos atentos a isso.

E eu aproveitei a oportunidade, Senhor Presidente, e fiz uma cobrança também com relação aos recursos para assistência técnica. Eu não sei por quê foi reduzido o recurso de assistência técnica do Governo Federal para Rondônia.

E eu convidei o nosso Presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Ribamar, para que nós possamos ir até Brasília, ir ao Ministério de Desenvolvimento Agrário mostrar a importância, principalmente dos assentamentos. Nós temos não só a EMATER que faz assistência técnica, nós temos a COTRARON, temos a Milenium, tem algumas cooperativas de assistência técnica, e este ano, infelizmente, foram reduzidos em 60% os recursos destinados à assistência técnica do pequeno e médio produtor do nosso Estado.

Então, nobre Deputado Ribamar, Vossa Excelência como Presidente da Comissão de Agricultura, quero me colocar à sua disposição para mostrar ao Ministério de Desenvolvimento Agrário a quantidade de assentamentos que existem em Rondônia. Aquele povo precisa de assistência técnica, precisa do crédito que hoje é uma realidade.

E aqui eu quero parabenizar mais uma vez o Governo Federal, o Governo Lula que durante esses quatro anos foram mais de bilhões de reais colocados à disposição do agricultor em Rondônia, nas suas linhas de crédito, o PRONAF e outras linhas que são hoje, realmente, linhas de crédito que o produtor pode ir lá ao banco buscar o seu financiamento para poder fazer o seu investimento. Porque no passado os financiamentos agrícolas eram para expulsar o homem do campo, porque ele não tinha condição de pagar devido aos juros altos, TJLP e mais não sei o quê, e hoje não. Nós temos financiamento em que são 4% ao ano, então o pequeno produtor pode planejar o seu investimento e com certeza pagar a sua dívida.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Deputado Luiz Cláudio, o tempo de Vossa Excelência esgotou.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Portanto, Senhor Presidente, gostaria mais uma vez de registrar esse grande evento de ontem e, sem sombra de dúvida, esta Casa deu um show de democracia, deu um show de atitude política. Que neste país nós precisamos de estadistas, lembrar o Juscelino Kubitschek quando foi o homem das estradas, que construiu Brasília e tudo mais. Então nós temos que, realmente, apoiar atitudes e projetos importantes para Rondônia, e Vossa Excelência está de parabéns ontem por conduzir os trabalhos ali no auditório da FIERO junto com o Governador Ivo Cassol e todos representantes políticos de Rondônia. Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos sem aparte, o ilustre Deputado Maurão de Carvalho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Quero cumprimentar o Presidente da Assembléia, cumprimentar os meus colegas Deputados, Deputada, cumprimentar o Plenário, a imprensa, dizer da alegria de poder estar mais uma vez hoje nesta sessão, discutindo os problemas de Rondônia, os projetos, como estamos debatendo.

Hoje, Senhor Presidente, encaminhamos através de Indicação uma reivindicação ao Governo do Estado para que, no centro do Estado, ele pudesse fazer um convênio na área da saúde, aquisição de um aparelho de tomografia.

Eu vejo a necessidade, Deputado Miguel, como nós trabalhamos bastante nesta área de saúde, Vossa Excelência que foi Secretário de Saúde e, nós falamos ainda na época, quando era Secretário, mas nem todo tempo tem recurso disponível para que pudesse conseguir comprar, ter aquisição de um aparelho deste. Hoje eu acho que já é bem mais fácil.

Hoje, eu acredito Presidente, que o Estado já tem condições de comprar ou talvez fazer um convênio com uma empresa privada que tenha um aparelho de tomografia para essas pessoas que vêm lá do cone sul, lá da região do Deputado Marcos Donadon, da região do Deputado Luizinho, Pimenteiros, Cerejeiras, pessoal que vem da 429 tem que se deslocar para poder fazer uma tomografia. Eu vejo essa necessidade, eu tenho sido cobrado, eu tenho certeza que os colegas Deputados também têm sido cobrados pelos prefeitos, pelas lideranças, pelos vereadores, secretários de saúde. E fazendo conta, Presidente, o Senhor como prefeito lá de Machadinho, quando sai uma ambulância de Machadinho até Porto Velho, até que fica um pouco mais perto. Nessa minha indicação indica que seja Cacoal, no centro do Estado ou Ji-Paraná, que vai atender toda àquela região.

Mas se você fizer a conta quanto é que gasta hoje para vir um paciente? Talvez ele tenha que vir só para fazer uma tomografia. As vezes tem que deslocar uma ambulância lá do cone sul. Ou que seja da 429, para trazer um paciente para fazer uma tomografia em Porto Velho, porque ele não vai ter condições de pagar em torno de oitocentos a mil reais uma tomografia e aí ele vem via SUS. E a Prefeitura, os cofres públicos vão gastar quatro a cinco vezes mais para que possa fazer essa tomografia aqui em Porto Velho.

Então a nossa indicação, eu quero pedir o reforço, pedir aos colegas Deputados que me ajudem nesta Indicação junto ao Governo do Estado, ao Secretário de Estado para que venham fazer esse convênio ou que venham comprar, fazer a aquisição de um aparelho de tomografia que possa atender aos nossos pacientes.

Mas hoje, ainda discutindo a respeito desta Indicação, alguns Deputados, ainda o Deputado Euclides Maciel falava também, nós precisamos levar até Cacoal mais outros tipos de atendimento na área de saúde. Conversando hoje de manhã ainda com o Prefeito Bianco ele falava 'Deputado, é muito bom, mas para mim, em Ji-Paraná se vierem instalar esse aparelho, eu tenho certeza que vai acarretar muito mais outros tipos de saúde e vai ficar bastante pesado, mas eu estou pronto a fazer essa parceria com o Governo do Estado porque eu vejo a necessidade, desde o meu governo eu via essa necessidade. Parabéns pela sua Indicação e conte comigo. E eu quero aqui contar com os meus companheiros Deputados Estaduais. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente sessão conyoco uma sessão ordinária para o dia 14 do corrente, no horário regimental, ou seja, às 9 horas da manhã.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se esta sessão às 17 horas e 31 minutos)

ATOS DIVERSOS

ATO Nº P/013/2007

Nomeia deputado para exercer função de Corregedor Parlamentar.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º. Nomear o Deputado Valter de Araújo para exercer a função de Corregedor Parlamentar, eleito pelos membros deste Poder, em Sessão Extraordinária realizada no dia 21 de março de 2007, em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 326, de 10 de novembro de 2005.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete da Presidência, 22 de março de 2007.

Deputado Neodi Carlos
Presidente

ATO Nº P/014/2007

Nomeia deputado para exercer função de Ouvidor Parlamentar.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º. Nomear o Deputado Tiziu Jidalias para exercer a função de Ouvidor Parlamentar, eleito pelos membros deste Poder, em Sessão Extraordinária realizada no dia 21 de março de 2007, em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 326, de 10 de novembro de 2005.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete da Presidência, 22 de março de 2007.

Deputado Neodi Carlos
Presidente

PROPOSIÇÕES ARQUIVADAS
Art. 152 do Regimento Interno

Ano 2000:

PROPOSIÇÃO: Projeto de Código
Nº : 001/00

AUTOR: Dep. Edézio Martelli Dep. Beto do Trento
EMENTA: Institui o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Ano 2003:

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei
Nº : 083/03

AUTOR: Dep. Marcos Donadon
EMENTA: Altera a sistemática e forma de cobrança dos emolumentos, bem como os respectivos recolhimentos dos tabeliões de protestos de títulos, previsto na Lei nº 301, de 21 de dezembro de 1990.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei
Nº : 113/03

AUTOR: Dep. Haroldo Santos
EMENTA: Ficam as empresas do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal do Estado de Rondônia obrigadas a conceder Passe Livre às pessoas maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei
Nº : 051/03

AUTOR: Dep. Kaká Mendonça
EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de 100% (cem por cento) do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS às operações de compra e venda de automóveis para representantes comerciais autônomos, nas condições que especifica.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Decreto Legislativo
Nº : 029/03

AUTOR: Dep. Nereu Klosinsky e Outros.
EMENTA: Concede o Título Honorífico de "Honra ao Mérito" ao Senhor Doutor Hélio Costa.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Resolução
Nº : 001/03

AUTOR: Dep. Ronilton Capixaba
EMENTA: Dá nova redação ao parágrafo único do art. 198 da Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Resolução
Nº : 004/03

AUTOR: Mesa Diretora
EMENTA: Dá nova redação ao artigo 6º do Regimento Interno.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Resolução
Nº : 008/03

AUTOR: Dep. Ellen Ruth
EMENTA: Altera dispositivos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, aprovado pela Resolução nº 32/90.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Resolução
Nº : 009/03

AUTOR: Dep. Edison Gazoni
EMENTA: Dá nova redação ao artigo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Resolução
Nº : 010/03

AUTOR: Dep. Edézio Martelli
EMENTA: Acrescenta dispositivo à Resolução nº 32.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Resolução
Nº : 011/03

AUTOR: Dep. Marcos Donadon
EMENTA: Dá nova redação e acrescenta dispositivos aos artigos 27 e 29 do Regimento Interno.

Ano 2004:

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei
Nº : 210/04

AUTOR: Dep. Edézio Martelli
EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a prorrogar a convocação dos concursados.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei
Nº : 211/04

AUTOR: Dep. Edézio Martelli
EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a fazer convênio com as Associações de Pais e Professores para fins de transporte escolar.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Resolução
Nº : 016/04

AUTOR: Mesa Diretora
EMENTA: Altera redação de dispositivo do Regimento Interno.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Resolução
Nº : 018/04

AUTOR: Dep. Emílio Paulista
EMENTA: Altera o § 3º do artigo 76 e o inciso III do artigo 85 do Regimento Interno.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Resolução
Nº : 019/04

AUTOR: Dep. Carlão de Oliveira
EMENTA: Acrescenta dispositivo ao Regimento Interno.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Resolução
Nº : 024/04

AUTOR: Dep. Ellen Ruth
EMENTA: Altera o inciso XII do artigo 27 e acrescenta o § 9º ao artigo 29 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Resolução
Nº : 026/04

AUTOR: Dep. Carlos Henrique
EMENTA: Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno da ALE.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Resolução
Nº : 050/04

AUTOR: Dep. Haroldo Santos

EMENTA: Altera dispositivos do Regimento Interno.

Ano 2005:

PROPOSIÇÃO: Proposta de Emenda Constitucional

Nº : 018/05

AUTOR: Dep. Kaká Mendonça

EMENTA: Modifica e acrescenta dispositivos à Constituição do Estado.

PROPOSIÇÃO: Proposta de Emenda Constitucional

Nº : 023/05

AUTOR: Dep. Haroldo Santos

EMENTA: Altera dispositivo da Constituição do Estado.

PROPOSIÇÃO: Proposta de Emenda Constitucional

Nº : 027/05

AUTOR: Dep. Haroldo Santos

EMENTA: Dá nova redação ao inciso II do art. 28 e a alínea "b" do art. 29, da Constituição do Estado.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei

Nº : 379/05

AUTOR: Dep. Deusdete Alves

EMENTA: Dispõe sobre a realização de concurso público para o provimento de vagas no cargo de oficial da Polícia Militar do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei

Nº : 404/05

AUTOR: Dep. Edézio Martelli

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo, a convocar mais de 50% dos concursados.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei

Nº : 436/05

AUTOR: Dep. Edézio Martelli

EMENTA: Declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Brasilândia D'Oeste.

Ano 2006:

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei Complementar

Nº : 099/06

AUTOR: Dep. Ellen Ruth

EMENTA: Dispõe sobre passagem para inatividade do integrante do Quadro do Magistério do Estado de Rondônia.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei Complementar

Nº : 108/06

AUTOR: Dep. Chico Paraiba

EMENTA: Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 292, de 29 de dezembro de 2003, e revoga a Lei Complementar nº 339, de 3 de março de 2006.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei Complementar

Nº : 109/06

AUTOR: Dep. Haroldo Santos

EMENTA: Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 231, de 25 de abril de 2000, que institui o Programa de Incentivo Tributário, para aumentar a oferta do primeiro emprego no Estado de Rondônia.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei

Nº : 499/06

AUTOR: Dep. Gazoni

EMENTA: Disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de membros e servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e dá outras providências.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei

Nº : 513/06

AUTOR: Dep. Ellen Ruth

EMENTA: Institui a meia passagem para professores nos serviços intermunicipais de transportes, no âmbito do Estado de Rondônia.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei

Nº : 545/06

AUTOR: Dep. Ellen Ruth

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito do Estado de Rondônia, recompensa financeira aos policiais e militares, pela apreensão de quaisquer bens móveis provenientes de roubos ou furtos.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei

Nº : 559/06

AUTOR: Dep. Ellen Ruth

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a criar a Gratificação Técnica, no âmbito da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei

Nº : 563/06

AUTOR: Dep. Ellen Ruth

EMENTA: Institui o Dia do Portador com necessidades especiais no Estado de Rondônia.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei

Nº : 567/06

AUTOR: Dep. Ellen Ruth

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a conceder Gratificação por Titulação aos integrantes que menciona e dá outras providências.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei

Nº : 568/06

AUTOR: Dep. Ellen Ruth

EMENTA: Dá nova redação ao artigo, da Lei nº 1041, de 28 de janeiro de 2002, que Dispõe sobre a remuneração dos integrantes da carreira Policial Civil.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei

Nº : 603/06

AUTOR: Dep. Romeu Reolon

EMENTA: Declara de utilidade pública a Igreja Apostólica Comunidade Internacional Graça e Vida - IACIGV, no município de Ariquemes.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei

Nº : 606/06

AUTOR: Dep. Romeu Reolon

EMENTA: Declara de utilidade pública a Associação Evangélica de Assistência Social de Ariquemes.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Decreto Legislativo

Nº : 057/06

AUTOR: Dep. Ronilton Capixaba

EMENTA: Concede o título Honorífico de "Cidadão do Estado de Rondônia" ao Senhor Manoel Costa de Mendonça.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Decreto Legislativo

Nº : 063/06

AUTOR: Dep. Marcos Donadon

EMENTA: Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Engenheiro Phelippe Daou Júnior.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei

Nº : 052/06

AUTOR: Mesa Diretora

EMENTA: Acrescenta dispositivo à Resolução nº 109/05, de 6 de dezembro de 005.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Resolução

Nº : 053/06

AUTOR: Dep. Haroldo Santos

EMENTA: Determina a adaptação de prédio da Assembléia Legislativa para acesso e utilização das pessoas portadoras de necessidades especiais.